



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1166, de 2023**, que *"Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputada Federal Delegada Ione (AVANTE/MG)	001
Deputado Federal Florentino Neto (PT/PI)	002
Senador Paulo Paim (PT/RS)	003; 004
Deputado Federal Zé Neto (PT/BA)	005
Deputado Federal Bohn Gass (PT/RS)	006
Deputado Federal Saullo Vianna (UNIÃO/AM)	007; 016
Deputada Federal Laura Carneiro (PSD/RJ)	008; 009; 010; 011; 012; 013; 014; 015; 020
Deputado Federal Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)	017
Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)	018; 019; 029; 030; 031; 032; 034; 035; 036; 037
Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	021
Senador Weverton (PDT/MA)	022; 023; 024; 059; 060
Deputado Federal Daniel Soranz (PSD/RJ)	025
Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	026
Deputado Federal Lucas Ramos (PSB/PE)	027
Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	028
Deputado Federal Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)	033
Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)	038; 039; 040; 041
Deputado Federal Fernando Mineiro (PT/RN)	042; 043; 044; 045
Deputado Federal Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS/RR)	046
Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	047
Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	048
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	049
Deputado Federal Pedro Campos (PSB/PE)	050; 051
Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)	052; 053; 054; 055

PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Dr. Luiz Ovando (PP/MS)	056
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	057; 058; 078; 079
Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA)	061; 062; 063; 064
Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	065; 066
Deputado Federal Tião Medeiros (PP/PR)	067; 068; 070
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	069
Deputado Federal Heitor Schuch (PSB/RS)	071
Deputado Federal Marcel Van Hattem (NOVO/RS)	072; 081; 082
Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	073; 074
Deputado Federal João Daniel (PT/SE)	075; 076; 077; 083
Deputada Federal Caroline de Toni (PL/SC)	080
Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	084
Deputado Federal Samuel Viana (PL/MG)	085; 086; 087; 088; 089

TOTAL DE EMENDAS: 89





MPV 1166
00001

Congresso Nacional

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA N.º _____
(Da Deputada Delegada Ione)

O inciso I, do Art 7.º da Medida Provisória n.º 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7ª.....

.....

I – promoção de ações de segurança alimentar e nutricional, com prioridade para comunidades em vulnerabilidade social, tais como: indivíduos em condições precárias de moradia e saneamento, com meios de subsistência inexistentes, ausência de um ambiente familiar, pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, e também, mulheres e meninas vítimas de violência.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir que os produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos tenham destinação prioritária para comunidades em vulnerabilidade social, tais como: indivíduos em condições precárias de moradia e saneamento, com meios de subsistência inexistentes, ausência de um ambiente familiar, pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, e também, mulheres e meninas vítimas de violência.

Sala das Sessões, ____ de março de 2023.

DEPUTADA DELEGADA IONE
AVANTE/MG



**COMISSÃO MISTA DESTINADA AO EXAME DA MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 1.166 DE 2023**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

Acrescentem-se as seguintes alterações à Medida Provisória em referência:

“Art.1º

.....

X - fomentar a produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres, juventude rural, pessoas idosas, pessoas com deficiência crônica;

Art. 4º

.....

§4º

I -

II -

- a) povos indígenas;
- b) comunidades quilombolas e tradicionais;
- c) assentados da reforma agrária;
- d) negros;



- e) mulheres;
- f) juventude rural;
- g) idosos em situação de vulnerabilidade social e alimentar;**
- h) “pessoas com deficiência crônica;” (NR)**

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 1.166, de 2023, institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Atualmente, mais de 33 milhões de brasileiros sofrem com a fome, de acordo com o [2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil](#), realizado pela [Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional \(Rede Penssan\)](#).¹ O retorno do país ao Mapa da Fome, da Organização das Nações Unidas (ONU), reforça a urgência de estratégias e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar.

Entre o final de 2021 e o início de 2022, existiam no Brasil 33,1 milhões de pessoas cujo domicílio tinha um ou mais membros da família que não puderam realizar suas refeições por ao menos um dia nos três meses antes da [pesquisa realizada pela Rede Penssan \(Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional\)](#).²

Isso significa 15,5% dos lares do país vivenciando experiências de fome na ocasião da apuração do [2º Vigisan](#) (Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil - 2021/2022), a pesquisa nacional mais atual reconhecida por pesquisadores e autoridades que debatem o tema, incluindo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura).

A desnutrição mata mais idosos do que crianças no Brasil, apontam dados do Datasus, um banco de dados do Sistema Único de

1 <https://gife.org.br/a-fome-atinge-mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-e-e-prioridade-social-do-novo-governo/>

2 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/quantas-pessoas-passam-fome-no-brasil-entenda-os-numeros.shtml>



Saúde alimentado com informações sobre doenças, epidemias e mortalidade.³ O Brasil vem conseguindo reduzir a morte de crianças por desnutrição. Mas pouco se fez para conter a fome dos idosos.⁴

As causas para a desnutrição entre idosos vão do abandono pela família à exploração econômica deles – normalmente por pessoas mais próximas. Não é incomum que idosos sejam abandonados por famílias, sem condições de sustentá-los. A Constituição brasileira determina que é um direito social a alimentação e a assistência aos Desemparedados. Portanto, quando a família não tem condições – ou falha –, seria a vez do Estado atuar.

Quem hoje está na rua no Brasil, debaixo dos viadutos, são pessoas que foram despejados de suas casas, que empobreceram, que estão endividados, que não têm condições de sobreviver.⁵

Essa Casa de Leis precisa dar o exemplo e assegurar as pessoas idosas e com deficiência crônica a efetivação dos seus direitos dentre eles, e o acesso à alimentação adequada.

Diante o exposto contamos com o apoio dos presentes parlamentares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado FLORENTINO NETO

3 <https://www.intercept.com.br/2018/05/25/5-mil-idosos-morrem-de-fome/>

4 <https://www.intercept.com.br/2018/05/25/5-mil-idosos-morrem-de-fome/>

5 <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/29/ao-deus-dara-com-bolsonaro-brasileiros-passam-fome-e-dependem-de-doacoes-para-comer#:~:text=Dados%20do%20Inqu%C3%A9rito%20Nacional%20sobre,%3B%20e%2015%2C5%25%20em>





MPV 1166
00003

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 6º, o seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

“Art. 6º

.....

§ 2º O regulamento disporá sobre a garantia da prestação de assistência técnica aos agricultores familiares e suas organizações, para fins de habilitação ao PAA e cumprimento de suas obrigações no âmbito do Programa.”

JUSTIFICAÇÃO

Embora o PAA tenha sido um programa muito exitoso, uma das demandas das organizações de agricultores familiares e pequenos produtores refere-se à ausência de assistência técnica para que pudessem habilitar-se e cumprir os requisitos do programa.

Em trabalho acadêmico de pós-graduação em Políticas Públicas apresentado ao Instituto Serzedêllo Correa do TCU e ao Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal – ILB, em 2020, Cassiana Vaz Tormin demonstrou, a partir da pesquisa realizada, essa necessidade.

A presente emenda visa incluir essa proposta no art. 6º, de forma a garantir que mais agricultores familiares possam ser beneficiados pelo PAA.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**



MPV 1166
00004

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 4º do art. 10 a seguinte redação:

“Art. 10.

.....
§ 4º Na aquisição de produtos agropecuários no âmbito do PAA, compete à União arcar com os seguintes custos de pagamento:

.....
II - contribuição do produtor rural pessoa física ou jurídica destinada ao custeio da previdência social; e

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao remeter a responsabilidade do recolhimento da contribuição previdenciária do produtor rural pessoa física ou jurídica nos termos do art. 10, § 4º, II, a Medida Provisória comete um equívoco ao se referir a “contribuição do produtor rural pessoa física ou jurídica ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS”. Contudo, desde a edição da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 – há 16 anos – portanto, as contribuições para o custeio da previdência social não são mais de responsabilidade do INSS, mas da Receita Federal do Brasil.

Assim, para que não reste sem efetividade o inciso, impõe-se a presente correção.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**
PT/RS

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art.

3º

.....

.

§ 3º No processamento, no beneficiamento e na industrialização dos produtos a serem fornecidos ao PAA, serão observados índices de conteúdo nacional mínimos com uso de máquinas e equipamentos e de insumos produzidos no País, nas condições estabelecidas pelo Grupo Gestor do PAA.

§ 4º No processamento, no beneficiamento e na industrialização dos produtos a serem fornecidos ao PAA, os beneficiários fornecedores poderão adquirir os insumos e contratar a prestação dos serviços necessários, inclusive de pessoas físicas e jurídicas não enquadradas como beneficiárias, desde que observados índices de conteúdo nacional mínimos com uso de máquinas e equipamentos e de insumos produzidos no País e outras diretrizes e condições estabelecidas pelo Grupo Gestor do PAA.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.166, de 2023, recria o Programa de Aquisição de Alimentos, em mais uma iniciativa fundamental do atual Governo



para resgatar a soberania alimentar e para fomentar a produção da agricultura familiar em nosso País.

Junto com esse resgate das políticas públicas no Brasil, devemos avançar também sobre a necessidade de impulsionar o processamento, o beneficiamento e a industrialização de alimentos em consonância com as políticas industriais e o estímulo ao mercado interno.

Dessa maneira, sugerimos que, no processamento, no beneficiamento e na industrialização dos produtos a serem fornecidos ao PAA, sejam observados índices de conteúdo nacional mínimos com uso de máquinas e equipamentos e de insumos produzidos no País, nas condições estabelecidas pelo Grupo Gestor do PAA. Igualmente, propomos que sejam observados esses índices mínimos no caso de ser contratada a prestação de serviços para essa elaboração dos alimentos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares e de toda a sociedade brasileira para a aprovação dessa relevante Emenda.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ZÉ NETO

2023





EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1166, DE 22 DE MARÇO DE 2023
(Do Sr. BOHN GASS)

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o §2º do Artigo 4º da Emenda Provisória nº 1166/2023, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 4º

§ 2º Nas aquisições realizadas por meio de cooperativas dos agricultores familiares e dos demais beneficiários que se enquadrarem no art. 3º da Lei nº 11.326, de 2006, as operações com produtos dos associados com a sua cooperativa, bem como entre cooperativas associadas entre si e através de Centrais, federações e confederações às quais aquelas estiverem associadas, constituirá ato cooperativo, previsto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.”





JUSTIFICATIVA

Em boa providência, a Medida Provisória que trata do Programa de Aquisição de Alimentos ressalta a importância do reconhecimento do ato cooperativo nas operações das e nas cooperativas. No entanto, a previsão constitucional a respeito do ato cooperativo (Art. 146, III, c, da Constituição Federal) não o limita às operações entre associados e a sua cooperativa, mas também em relação a todo o processo de operacionalização da produção, incluindo as relações das cooperativas entre si e suas instâncias de segundo e terceiro grau que complementam a atuação das cooperativas.

A ampliação do entendimento do ato cooperativo faz-se necessária para cumprir outra determinação constitucional do “apoio e estímulo ao cooperativismo” (presente no Artigo 174, § 2º, CF/88) ampliando a sua área de atuação, o seu fortalecimento e permitindo e incentivando medidas de intercooperação.

Deputado Bohn Gass
(PT/RS)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Dê-se ao inciso VIII do *caput* do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

VIII – incentivar hábitos alimentares saudáveis em âmbito local e regional, evitando-se os alimentos ultraprocessados;

.....”

JUSTIFICATIVA

Alimentos ultraprocessados são aqueles que passaram por maior processamento industrial. Esses alimentos, em geral, são desbalanceados nutricionalmente e ricos em gorduras, açúcares ou sódio.

O Ministério da Saúde orienta que alimentos ultraprocessados devem ser evitados, principalmente na dieta de crianças e adolescentes, por estar muito relacionado a subnutrição e obesidade infantil.

Por essa razão, considero importante destacar que no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do governo deve-se incentivar alimentares saudáveis, **evitando-se os alimentos ultraprocessados**.

Sala da comissão, 24 de março de 2023.

Deputado Saullo Vianna
(UNIÃO - AM)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar no onde couber da MPV nº 1.166 de 2023, **“Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais estabeleça tratamento prioritário à mulher chefe de família no acesso às linhas de crédito e ações para comercialização dos alimentos produzidos”.**

Acrescente-se onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5-A:

“Art. 5-A. A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais deverá priorizar à mulher chefe de família que preencher os requisitos do art.3º desta Lei o acesso às linhas de crédito e aos mecanismos de comercialização de produtos, nos termos do regulamento.

Art. 2º desta Lei o acesso às linhas de crédito e aos mecanismos de comercialização de produtos, nos termos do regulamento. § 1º Regulamento definirá os parâmetros para o enquadramento como mulher chefe de família, de que trata o caput.



□

§ 2º A taxa de juros das linhas de crédito de que trata o caput para a mulher chefe de família deverá ser inferior à estabelecida para os demais beneficiários da política de que trata esta Lei.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo alterar a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar, com o e Empreendimentos Familiares Rurais priorize à mulher chefe de família o acesso às linhas de crédito e aos mecanismos para comercialização dos alimentos produzidos.

A proposta é de que a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais estabeleça tratamento prioritário à mulher chefe de família no acesso às linhas de crédito e ações para comercialização dos alimentos produzidos. A taxa de juros cobrada para esse grupo social deverá ser, necessariamente, inferior à cobrada dos demais beneficiários das políticas públicas de incentivo previstas na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar no Art. 1º inciso “XI” na MPV nº 1.166 de 2023, “**redução das desigualdades sociais e regionais**”.

Acrescente-se no inciso XI no Art. Nº 1º da MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

XI - redução das desigualdades sociais e regionais.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pelo Institui o Programa de Aquisição de Alimentos.

Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, **“propomos a inclusão da promoção da geração e da difusão de inovações e de tecnologias sociais voltadas para o aumento da produtividade como um dos pilares da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”.**

Acrescente-se onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º
.....”

V - promoção da geração e da difusão de inovações e de tecnologias sociais voltadas para o aumento da produtividade da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares.” (NR)

Art. 3º O art. 5º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

* C D 2 3 0 5 8 7 0 6 4 3 0 0 *



“Art. 5º □

IV - pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui garantias de boas condições de trabalho no campo, bem como políticas públicas adequadas para a agricultura familiar, colaboram com um processo positivo de sucessão no campo, apoiando a continuidade dos jovens nesse setor de atividade econômica.

A permanência da juventude no campo, bem como a valorização do papel das mulheres como detentoras dos saberes e práticas agroecológicas, são fatores fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável, na sua tripla dimensão: econômica, ambiental e social, uma vez que com isso se evita o desenvolvimento de um “campo sem camponeses”.

Assim, propomos a inclusão da promoção da geração e da difusão de inovações e de tecnologias sociais voltadas para o aumento da produtividade como um dos pilares da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, “**cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar**”.

Acrescente-se onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 5º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art.

5º
.....

Parágrafo único. Fica instituído o Selo Nacional da Agricultura Familiar para a identificação da origem e das características dos produtos da agricultura familiar, prestando-se à sua rastreabilidade, conforme processo de concessão, validade, modelos e demais requisitos a serem estabelecidos em regulamento, e tendo por finalidade o fortalecimento das identidades social e produtiva dos vários segmentos da agricultura familiar perante os consumidores e o público em geral. ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda dispõe da criação do Selo Fica instituído o Selo Nacional da Agricultura Familiar para a identificação da origem e das



□
características dos produtos da agricultura familiar, prestando-se à sua rastreabilidade potencializa a exposição e comercialização da produção familiar ao aproximá-la do consumidor final, dando-lhe condições para checar a origem do produto através de um código QR.

Assim, assegurando-se que a política pública de fortalecimento da agricultura familiar por meio de um selo de identificação dos produtos de sua origem.

Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, **“sindicatos rurais, arranjos produtivos locais”**.

Acrescente-se no inciso “IX” d art. nº 1 MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

IX - incentivar o cooperativismo, **sindicatos rurais, arranjos produtivos locais** e o associativismo; e

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda acrescentar no inciso IX do Art. Nº 1, da MPV nº 1.166 de 2023, os **sindicatos rurais, arranjos produtivos locais** para que também recebam incentivos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233972234200>



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, **“pessoa com deficiência”**.

Acrescente-se no inciso “X” art. nº 1 MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

X - fomentar a produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres, juventude rural e **pessoa com deficiência**.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda acrescentar no inciso X do Art. Nº 1, da MPV nº 1.166 de 2023, onde incluímos as **pessoas com deficiência** para também fomentar a produção familiar do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, “**povos quilombolas**”.

Acrescente-se no §3 do Art. nº4 MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

§ 3º Na hipótese de participação de povos indígenas, **povos quilombolas** e comunidades tradicionais, o Grupo Gestor do PAA poderá estabelecer critérios diferenciados de enquadramento para atender a realidades culturais e sociais específicas, nos termos do regulamento do PAA. .

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda acrescentar §3 do Art. nº4, da MPV nº 1.166 de 2023, onde incluímos os **povos quilombolas** no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda. Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, **“pessoa com deficiência”**.

Acrescente-se no §3 do Art. nº4 MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

j - pessoa com deficiência.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda acrescentar §3 do Art. nº4, da MPV nº 1.166 de 2023, para incluir a pessoa **com deficiência**, nas prioridades de acesso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Dê-se ao inciso VIII do *caput* do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

VIII – incentivar hábitos alimentares saudáveis em âmbito local e regional, evitando-se os alimentos ultraprocessados;

.....”

JUSTIFICATIVA

Alimentos ultraprocessados são aqueles que passaram por maior processamento industrial. Esses alimentos, em geral, são desbalanceados nutricionalmente e ricos em gorduras, açúcares ou sódio.

O Ministério da Saúde orienta que alimentos ultraprocessados devem ser evitados, principalmente na dieta de crianças e adolescentes, por estar muito relacionado a subnutrição e obesidade infantil.

Por essa razão, considero importante destacar que no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do governo deve-se incentivar alimentares saudáveis, **evitando-se os alimentos ultraprocessados.**

Sala da comissão, 24 de março de 2023.

Deputado Saullo Vianna
(UNIÃO - AM)



EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**EMENDA Nº de 2023
(Do Sr. Delegado Matheus Laiola)**

Acrescente-se o seguinte art. 16-A na MPV nº 1.166, de 2023:

“Art 16-A. As disposições desta Lei poderão ser aplicadas, no que couber, para a aquisição de ração para animais tutelados por entidades sem fins lucrativos de proteção animal e por tutores cadastrados no Programa Bolsa Família.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar a aquisição subsidiada de ração para animais tutelados por entidades sem fins lucrativos de proteção animal e por tutores cadastrados no Programa Bolsa Família” (NR).

JUSTIFICAÇÃO

A proteção dos animais é fundamental! Por isso o legislador constituinte assim preceituou no artigo 225, § 1º, inciso VII:

“Incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade”.



Extraí-se desse dispositivo que incumbe ao Poder Público a proteção dos animais. Importante frisar que, no Reino Unido, foi introduzido o “dever de cuidar”, impondo a obrigação de cuidar adequadamente dos seres vivos não humanos.

Além disso, os animais estão cada vez mais presentes nos lares brasileiros, tornando-se verdadeiros membros da unidade familiar, com nítidos vínculos de afeto.

Em consequência, os animais devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, tendo, portanto, garantia de alimentação e de bem-estar.

Conforme preceitua a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas em 27 de Janeiro de 1978: *“Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência”*.

Ocorre que, para a materialização de direitos, devem ser previstas pelo Poder Público medidas que tornem tais garantias possíveis no plano fático.

Nesse contexto, para se materializar esse direito, imperioso se torna o fornecimento de alimento para animais tutelados por entidades sem fins lucrativos de proteção animal e por tutores cadastrados no Programa Bolsa Família.



Diante disso, nada mais correto e oportuno do que incluir, na Medida Provisória que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, a autorização para que o Poder Executivo amplie essa importante política pública para os animais, com a possibilidade de aquisição subsidiada de ração.

Sala da Comissão, em de 2021.

DELEGADO MATHEUS LAIOLA (UNIÃO-PR)
DEPUTADO FEDERAL





CONGRESSO NACIONAL
(Do Sr. Helder Salomão)

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescentem-se inciso XI ao *caput* do art. 1º e § 0º ao art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....
XI – fomentar a produção agroecológica e orgânica, bem como a adoção de quaisquer práticas associadas à conservação da água, do solo e da biodiversidade nos imóveis da agricultura familiar.

§ 0º O Programa de Aquisição de Alimentos integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

.....”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

O fomento à produção agroecológica e orgânica é de extrema importância na lei do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por estimular a produção agroecológica e a utilização de práticas agrícolas que preservem a biodiversidade, a qualidade do solo, a saúde dos agricultores e dos consumidores, além de reduzir o impacto ambiental e a dependência de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

Além disso, a inclusão desta possibilidade de fomento no PAA pode contribuir para o desenvolvimento local e regional, gerando emprego e renda no campo, incentivando a agricultura familiar e fortalecendo a economia local.

Outro benefício é a promoção da segurança alimentar e nutricional, já que a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos pode aumentar o acesso da população a alimentos saudáveis e de qualidade, esperançosamente para a redução da desnutrição e de doenças relacionadas à alimentação.

Portanto, a inclusão do fomento à produção agroecológica e orgânica na lei do PAA é fundamental para promover uma agricultura mais sustentável,



justa e saudável, que beneficie tanto os agricultores como os consumidores e o meio ambiente.

Sala da comissão, 24 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 3º; e acrescente-se inciso V ao *caput* do art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 3º** O Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal poderá adquirir diretamente os alimentos produzidos pelos beneficiários fornecedores de que trata o art. 4º, dispensado o procedimento licitatório, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

.....
V – sejam respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e eficácia nas aquisições de alimentos.
.....”

JUSTIFICATIVA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública que tem como objetivo promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar e estimula o desenvolvimento local.

Uma das medidas importantes para garantir o sucesso do PAA é a dispensa de processo licitatório nas compras governamentais, o que significa que o programa pode adquirir alimentos diretamente dos familiares, sem a necessidade de realizar um processo licitatório.

1. Isso é importante por algumas razões: Agilidade: A dispensa de licitação permite que o PAA faça as compras com mais agilidade,



pois elimina a necessidade de um processo burocrático que pode levar tempo e atrasar a entrega dos alimentos para quem precisa.

2. Estímulo à agricultura familiar: Ao comprar diretamente dos agricultores familiares, o PAA estimula a produção local e valoriza o trabalho desses produtores, confiante para a geração de renda no campo.
3. Preços justos: Com a dispensa de licitação, é possível negociar preços diretamente com os agricultores, garantindo que eles recebam um valor justo pelo seu trabalho e que os alimentos sejam adquiridos a preços mais acessíveis para quem precisa.

Por todas essas razões, é importante garantir a dispensa de processo licitatório nas compras governadas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para que o programa possa cumprir seus objetivos de forma mais eficiente e beneficiar as pessoas que mais precisam.

Sala da comissão, 24 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº DE 2023

Acrescentar onde couber na MPV nº 1.166 de 2023, **“pessoa idosas”**.

Acrescente-se no inciso “X” art. nº 1 MPV nº 1.166 de 2023, com a seguinte redação:

X - fomentar a produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres, juventude rural e **peçoas idosas**.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda acrescentar no inciso X do Art. Nº 1, da MPV nº 1.166 de 2023, onde incluímos as **peçoas idosas** para também fomentar a produção familiar do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Por todo o exposto, pedimos apoio para a aprovação desta nossa Emenda.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
(PSD/RJ)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**EMENDA SUPRESSIVA Nº
(Da Sra. Adriana Ventura - NOVO/SP)**

Suprima-se o inciso XVII, do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, incluído nessa legislação pela presente Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

De maneira camuflada, o governo buscou esconder na ementa da Medida Provisória a intenção de incentivar fraudes ao acabar com procedimento licitatório para a compra de cisternas. Apenas citou que “altera” a Lei nº 14.133/2021, esquivando-se do tema central da MP - o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Efetivamente, é um “jabuti” colocado pelo governo.

Devemos lembrar que, de acordo com o comando constitucional, a licitação é a regra; a exceção da exceção é não ter a licitação. Isso é basilar no processo republicano, no qual é fundamental o respeito a *Res Publica*. Além disso, a licitação é um meio para assegurar que, a partir da concorrência na aquisição de bens e serviços pelo poder público, o dinheiro do pagador de impostos seja gasto pelo governo de forma eficiente.

É importante pontuar que há extensas denúncias noticiadas na mídia acerca de fraudes na aquisição de cisternas pelo governo. Mais do que isso, o próprio governo sabe disso, inclusive divulga nos seus canais oficiais. Tanto é que, recentemente, o ministro Wellington Dias, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, reconheceu¹ a existência de “indícios de desvios e superfaturamento nesta área de cisternas”, conforme o *printscreen* a seguir. De acordo com o Ministério, há um enorme passivo de instrumentos (convênios, termos de parceria e termos de colaboração) sem prestação de contas.

1 <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-investiga-desvio-de-recursos-do-programa-cisternas-nos-ultimos-anos>



MDS investiga desvio de recursos do programa Cisternas nos últimos anos

Falta de fiscalização, acompanhamento das obras e prestação de contas, além de superfaturamento estão entre os problemas apontados por levantamento interno feito pelo Ministério

Publicado em 03/02/2023 11h59

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

“São organizações não governamentais com atos envolvendo inclusive o Ministério Público e o Judiciário. **O Ministério repassou o recurso e os indícios apontam que a obra, a implantação e a entrega das cisternas não foi realizada**” (grifos aditados), prosseguiu Wellington Dias.

Depois de muito esforço no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 2021). Acabou-se com a farra das cisternas, pois o novo marco determinou a realização do processo licitatório na compra desses bens a partir dessas organizações não governamentais. Finalmente, conseguiu-se dar um norte em respeito à *res publica*, em respeito ao dinheiro do pagador de impostos.

Agora, entretanto, com menos de 100 dias, incoerente e imprudentemente, **o governo do PT quer voltar a estimular que aconteçam desvios, fraudes e superfaturamento na compra de cisternas**. Quer incentivar uma relação pouco transparente com organizações do terceiro setor que nem sequer prestam contas dos recursos públicos gastos. Pior, o governo ainda reconhece em site oficial que cisternas não foram entregues à população que precisava. Pagou e não levou. Essa situação é um absurdo!

Para evitar essa situação, para respeitar o dinheiro do pagador de impostos e para combater desvios e corrupção, proponho a presente Emenda Supressiva. Solicito o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, 24 de março de 2023.

Deputada Federal ADRIANA VENTURA

NOVO/SP





MPV 1166
00022

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(a MPV 1.166 de 22 de março de 2023)

Acrescente-se o inciso XII, ao artigo 1º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023:

Art. 1º.....

.....

XII – estimular a manutenção de métodos produtivos autóctones das comunidades tradicionais, bem como a perpetuação e reprodução de sementes crioulas não modificadas geneticamente.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 1º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023, estabelece a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com um conjunto de importantes finalidades que norteiam e justificam a criação deste fundamental programa de interesse social.

O inciso VIII estabelece a necessidade de se incentivar hábitos alimentares saudáveis em âmbito local e regional e a presente emenda propõe explicitar a necessidade de incentivo à perpetuação de métodos produtivos autóctones das comunidades tradicionais, bem como a perpetuação e reprodução de sementes crioulas como uma das condições seguras para a obtenção desta alimentação saudável e de qualidade.



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

As sementes crioulas são as que não são modificadas geneticamente e são propagadas sem o uso de produtos químicos, utilizando métodos reprodutivos tradicionais e são consideradas como um inestimável patrimônio dos povos e comunidades.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1166
00023**

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(a MPV 1.166 de 22 de março de 2023)

Modifique-se o parágrafo único, do artigo 2º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023:

“Art. 2º.....

.....

Parágrafo único. A participação social no Grupo Gestor do PAA e em seus comitês consultivos será estabelecida em regulamento **e sua composição deverá contar com ampla representação de membros da sociedade civil afetados pelo programa.**” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 2º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023 trata da criação do Grupo Gestor do PAA e dos seus comitês consultivos, deixando todas as regras de funcionamento e composição a ser tratado futuramente no regulamento.

A presente emenda sugere a colocação de, pelo menos, uma exigência neste dispositivo, para assegurar que a representação dos membros da sociedade civil afetados pelo programa seja minimamente garantidas.

Sala das Sessões,



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Senador **WEVERTON**



**MPV 1166
00024**

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(a MPV 1.166 de 22 de março de 2023)

Acrescente-se o inciso XI, ao artigo 1º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023:

Art. 1º.....

.....

XI – promover a permanência das famílias no campo, reduzindo o êxodo rural e o crescimento descontrolado das cidades.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 1º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023, estabelece a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com um conjunto de importantes finalidades que norteiam e justificam a criação deste fundamental programa de interesse social.

A presente emenda pretende estabelecer como uma das importantes finalidades do Programa, a fixação das famílias no campo, reduzindo o êxodo rural e o crescimento descontrolado das cidades.

A garantia de compra dos estoques de alimentos dos produtores rurais e das cooperativas é, sem dúvida, uma garantia de manutenção das famílias no campo em condições plenas de geração das condições, não só do sustento básico para as famílias, mas com a geração de excedentes que garantam a prosperidade e conforto das comunidades.



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Sala das Sessões,

Senador **WEVERTON**



COMISSÃO MISTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

O art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 7º

Parágrafo único. Os hospitais públicos e privados sem fins lucrativos e as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que integram a rede socioassistencial, preferencialmente de atendimento a pessoas idosas e a pessoas com deficiência, podem ter atendidas pela administração pública as suas demandas de gêneros alimentícios, com produtos do PAA. (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1.166, de 2023, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos, traz em seu bojo definição clara sobre os fornecedores de alimentos que podem aderir ao PAA; no entanto, não traz com a mesma clareza os possíveis destinatários.

Nesse sentido, propomos esta emenda com o propósito de tornar expresso no texto da referida MP a possibilidade de os hospitais públicos e privados sem fins lucrativos e as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que integram a rede socioassistencial, preferencialmente de atendimento a pessoas idosas e a pessoas com deficiência, serem beneficiadas pela administração pública com os gêneros alimentícios adquiridos com base no importante Programa de Aquisição de Alimentos.

No nosso entendimento, a destinação de alimentos obtidos via PAA, como estamos sugerindo, pode ser uma alternativa para fazer frente à difícil questão de financiamento dos hospitais públicos e filantrópicos, bem como das instituições de longa permanência para idosos (ILPI), e podem compensar, ainda que timidamente, os poucos recursos do idoso institucionalizado; e, igualmente, quanto às instituições que atendem pessoas com deficiência, sejam institucionalizadas ou não.

Pelo exposto, solicito a aprovação da presente emenda à MP 1.165, de 2023.

Sala da Comissão, em 27 de março de 2023.

Deputado DANIEL SORANZ





MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, de 2023

EMENDA Nº _____

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória n. 1.166, de 2023:

Art. XX. O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, **que serão reajustados, anualmente, no primeiro mês de cada exercício, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado dos doze meses anteriores**, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda vem dispor sobre o reajuste anual, no primeiro mês de cada exercício, do valor per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vale dizer que a Medida Provisória n. 1.166, de 2023, institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo objetivo é a promoção do acesso à alimentação por aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis e com regularidade. O PAA destina-se a famílias atendidas pela rede socioassistencial e por equipamentos públicos e sociais.

O PNAE, por seu turno, destina-se aos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias, e oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública¹. O Governo, pelo programa, repassa aos entes e escolas federais valores financeiros de caráter suplementar, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Valores, no entanto, bem aquém do necessário a uma alimentação de qualidade às crianças.

Assim, tendo em vista a situação de insegurança alimentar que acomete as famílias mais necessitadas, em especial as crianças, faz-se necessário todo tipo de ação em prol de combater a fome e a insegurança alimentar. Razão pela qual apresentamos a emenda em tela, para a qual pedimos o apoio dos pares.

Sala de Sessões, em de de 2023

**Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ**

1FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Sobre o PNAE. Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> Acessado em 9/6/2022



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Acrescente-se ao Art. 7, da Medida Provisória nº 1.166, de 2023, o inciso IV, com a seguinte redação:

IV – Atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de acordo com o Art. 14. da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que estabelece que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (AC)

Acrescente-se ao Art. 10, da Medida Provisória nº 1.166, de 2023, o § 6º, com a seguinte redação:

§ 6º O saldo devedor dos pagamentos aos beneficiários fornecedores terá caráter de garantia bancária para obtenção de crédito rural.

Altera a redação do Art. 18, com as seguintes redações:

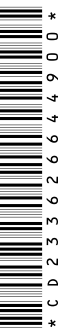
Art. 18 Acrescente-se o § 3º ao Art.3-B do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, e modificado pela Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001, e pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007:

.....
.....



JUSTIFICATIVA

Importante lembrar que, em 2008, esse avanço havia sido estipulado pelo Decreto nº 6.447, porém foi revogado em 2012 pelo Decreto 7.775, e parcialmente retomado, em 2021, pelo Decreto nº 10.880. Nesse processo de revogação e nova autorização, criou-se um clima de insegurança institucional e torna-se, portanto, necessário, oficializar sua previsão novamente, agora na legislação que sustenta a recriação do PAA.



Em seguida, propomos que os pagamentos feitos pela União aos beneficiários fornecedores, ou seja, às famílias produtoras, sejam aceitos como garantias bancárias, especialmente para obtenção e crédito junto às instituições que operam recursos de fundos constitucionais, caso dos bancos de fomento.

Por fim, indicamos o reforço, dentro da legislação do PAA, que os projetos que concorrem à financiamentos e subvenções econômicas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), tenham bonificação e/ou diferencial competitivo durante o processo de avaliação da Secretaria-Executiva do Fundo, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Dessa forma, propostas que tenham como finalidade a modernização e ampliação da produtividade e competitividade dos produtos da agricultura familiar receberão incentivo, estimulando o ecossistema de inovação a ampliar a produção de novas ideias e soluções para o setor e atuem de maneira mais efetiva no combate à fome. O PAA passa a se tornar então vetor de fomento ao aumento na produção e difusão de conhecimentos científicos para melhoria da agricultura familiar e, conseqüentemente, geração de emprego e renda.

Com as Emendas aqui propostas, haverá clara evolução no papel desenvolvimentista do PAA e ampliação da segurança jurídica, com a previsão legal de impactos positivos que aconteceram na primeira versão do programa, mas sem o devido lastro na legislação.

Contamos, pois, com o apoio de todas as Senhoras e todos os Senhores Parlamentares para o acatamento desta Emenda Modificativa à Medida Provisória nº 1.146, de 2023.





EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Altere-se a redação do *caput* do art. 4º da Medida Provisória 1.166, de 22 de março de 2023, e acrescente-se o inciso III ao seu § 4º, nos seguintes termos:

“**Art. 4º** Poderão fornecer produtos ao PAA os agricultores familiares, os demais beneficiários que se enquadrarem no disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e as Comunidades Terapêuticas Acolhedoras, estabelecidas na Lei nº 13.840, de 05 de junho de 2019, que desenvolvam projetos agrícolas e hortifrutigranjeiros e que atendam aos requisitos previstos em regulamento.

.....
§ 4º

.....
III - As Comunidades Terapêuticas Acolhedoras que desenvolvam projetos agrícolas e hortifrutigranjeiros, previstas no *caput*”.

JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos a presente emenda à MPV nº 1.166, de 2023, com o objetivo de incluir entre os beneficiários fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos as Comunidades Terapêuticas Acolhedoras de que trata a Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019.

As Comunidades Terapêuticas Acolhedoras são entidades privadas sem fins lucrativos que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência. O acolhimento é transitório, cujo período varia de três a doze meses, e exclusivamente de caráter voluntário.

Embora não integrem o Sistema Único de Saúde (SUS) e tampouco o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essas entidades são consideradas equipamentos da rede suplementar de atenção, recuperação e reinserção social de



dependentes de substâncias psicoativas, de modo que integram o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

Essas entidades desenvolvem um papel social de extrema relevância, ao prover acolhimento a pessoas que muitas vezes encontram-se fragilizadas em razão do abuso e dependência de substâncias psicoativas. Entre as abordagens utilizadas para tratamento, encontra-se a laborterapia, que consiste numa terapia por intermédio do trabalho, envolvendo a execução de tarefas tanto de manutenção da comunidade, quanto de atividades produtivas, a exemplo da agricultura.

A inclusão dessas entidades como fornecedoras do PAA tem, portanto, o potencial de contribuir para a viabilidade dessas comunidades, que prestam um serviço de valor imensurável à sociedade. Por essa razão, peço apoio dos nobres Pares à aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador RENAN CALHEIROS – MDB/AL

EMENDA N.º _____ À MPV 1166/2023
(Do Sr. Helder Salomão)

Insira-se ao § 4º do art 4º da MP 1166, de 22 de março de 2023, o seguinte inciso III:

“Art. 4º

.....

§4º

.....

I -

.....

III – os piscicultores familiares, os pescadores artesanais e as marisqueiras, regularmente cadastrados e incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a inclusão de pescadores artesanais e marisqueiras no Programa de Aquisição de Alimentos, previsto na Medida Provisória 1166/2023. Essa medida tem como objetivo promover a agricultura familiar e garantir o acesso à alimentação para as populações mais independentes.

A inclusão dos pescadores artesanais e marisqueiras é fundamental, pois esses trabalham também enfrentam dificuldades para comercializar seus produtos e, muitas vezes, não conseguem obter preços justos pelos alimentos que comercializam. Além disso, a pesca artesanal e a coleta de mariscos são atividades importantes para a economia de muitas regiões do país.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2022.

HELDER SALOMÃO
Deputado Federal (PT/ES)



EMENDA N.º _____ À MPV 1166/2023
(Do Sr. Helder Salomão)

Insira-se ao § 4º, Inciso II, do art 4º da MP 1166, de 22 de março de 2023, a seguinte alínea j:

“Art. 4º

.....

§4º

.....

II –

a)

j) atingidos por barragens.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos atingidos por barragens como um grupo prioritário do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é baseada em uma série de fatores. Em primeiro lugar, os atingidos por barragens geralmente foram conseguidos que sofreram com os impactos negativos da construção de barragens em suas comunidades, como a perda de terras agrícolas e de recursos naturais.

Além disso, o PAA é um programa importante que promove a segurança alimentar e nutricional, apoia a agricultura familiar e fortalece a economia local. A inclusão dos atingidos por barragens no programa é consistente com os objetivos e princípios do PAA, que busca apoiar os produtores rurais que possuem baixa renda e que enfrentam desafios para comercializar seus produtos.

Portanto, a inclusão dos atingidos por barragens no PAA como um grupo prioritário pode ajudar a superar os problemas criados pela violação dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores, além de fortalecer a agricultura familiar e a economia local e contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Sala das Comissões, em de de 2022.

HELDER SALOMÃO
Deputado Federal (PT/ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescentem-se §§ 5º a 7º ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

§ 5º Os produtos agropecuários oriundos de imóveis incluídos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que comprovadamente conservam a vegetação nativa nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, poderão ser adquiridos com acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação ao valor de aquisição dos produtos oriundos de imóveis que não cumprem essa exigência, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA.

§ 6º Os produtos agropecuários oriundos de imóveis que não cumpram com os padrões previstos no parágrafo anterior, mas que comprovem, através do CAR, estar em processo de restauração ou compensação florestal com, a finalidade de atingi-los, poderão, enquanto estiverem nesse processo, ser adquiridos com acréscimo de até 10% (dez por cento), observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA.

§ 7º Nas hipóteses de que tratam os §§ 5º e 6º deste artigo, o limite anual ou semestral de aquisição será majorado no mesmo percentual.”

JUSTIFICATIVA

A preservação da vegetação nativa é fundamental para a manutenção da biodiversidade e para a regulação do clima e dos recursos hídricos. Ao criar incentivos para os produtores que conservam a vegetação nativa em suas



propriedades, o governo estará promovendo a conservação ambiental e desejando a mitigação das mudanças climáticas.

A majoração do preço de venda dos produtos originários de imóveis rurais que conservam a vegetação nativa poderia incentivar os produtores a adotarem práticas agrícolas mais sustentáveis, como a agrofloresta e os orgânicos, que são mais compatíveis com a conservação ambiental.

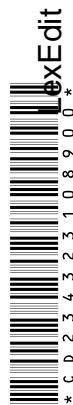
Ao aumentar o preço dos produtos originários de propriedades rurais que conservam a vegetação nativa, o governo estaria valorizando esses produtos e reconhecendo o esforço dos produtores em preservar o meio ambiente. Isso poderia contribuir para fortalecer a identidade e a cultura local e para incentivar o consumo de alimentos mais saudáveis e sustentáveis.

O PAA é um programa de segurança alimentar e nutricional que visa promover a inclusão social e o desenvolvimento rural. Ao criar benefícios para os produtores que conservam a vegetação nativa, o programa estaria promovendo a inclusão social de familiares e comunidades tradicionais que dependem da agricultura para sua subsistência e, ao mesmo tempo, incentivando a conservação ambiental.

Em resumo, a majoração de até 30% no preço de venda dos produtos originários de propriedades rurais que conservam a vegetação nativa no âmbito do PAA poderia contribuir para a conservação ambiental, o incentivo à produção sustentável, a valorização dos produtos e a inclusão social, entre outros benefícios

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescente-se § 2º ao art. 7º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

§ 2º O disposto no Inciso II do Art. 7º poderá ser utilizado para garantir a comercialização, o abastecimento alimentar e a regulação do preço do mercado interno.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

Permitir que os estoques de alimentos sejam utilizados para garantia de preços e garantia de abastecimento do mercado interno.

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)





MPV 1166
00033

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

Autor Deputado Zé Silva	Partido Solidariedade
--	--

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. x Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se §§ 5º a 7º ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 4º
.....

§ 5º Os beneficiários do PAA deverão ser inseridos em cadastro simplificado, a ser disponibilizado no sítio eletrônico da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

§ 6º A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), em parceria com as entidades de assistência técnica e extensão rural, identificará e cadastrará, no sítio eletrônico da Conab, os beneficiários do PAA, validadas as informações cadastrais requeridas para a concessão do benefício.

§ 7º A Anater remunerará, com recursos a serem repassados pelo poder público, as entidades de assistência técnica e extensão rural, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por cada agricultor familiar beneficiado pelo PAA.”

JUSTIFICAÇÃO



Considerando o alto índice de analfabetismo ainda existente no campo, bem como a grande dificuldade de acesso à informação que boa parte das famílias de agricultores familiares enfrentam, a emenda proposta visa a possibilitar que a Anater, em parceria com as entidades de assistência técnica e extensão rural, cumpra o importante papel de identificar os beneficiários que se enquadram nos requisitos da Lei da Agricultura Familiar, sobretudo os que se encontram em algum lugar do imenso território rural do País, muitas vezes em situação de miséria, sem acessar as políticas públicas formuladas e implementadas justamente com o objetivo de possibilitar sua inclusão produtiva e o progresso econômico e social.

Certo de que a presente medida contribuirá para o fortalecimento do Programa e também dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, solicito o acolhimento da emenda.



Dep. Zé Silva
Solidariedade/MG





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescentem-se arts. 10-1 a 10-4 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 10-1.** Os contratos de aquisição de alimentos poderão ser automaticamente renovados quando a prestação de conta for aprovada pelo Grupo Gestor.

§ 1º A renovação de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá por o mínimo 4 (quatro) anos.

§ 2º O contrato não será renovado apenas no caso de manifesto interesse dos agricultores familiares ou suas organizações, desde que os beneficiários mantenham os critérios de enquadramento no programa.”

“**Art. 10-2.** As organizações de agricultores familiares poderão apresentar uma ou mais propostas de fornecimento de alimentos, conforme estabelecido em regulamento.”

“**Art. 10-3.** O Grupo Gestor terá o prazo máximo de 30 dias para a análise ds propostas, a partir de sua apresentação.”

“**Art. 10-4.** As propostas poderão contemplar insumos para o transporte e armazenamento dos produtos, conforme regulamento.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

Um dos grandes problemas enfrentados pelos beneficiários do PAA é a questão da renovação dos contratos, pois mesmo com as contas aprovadas pelo



Grupo Gestor os agricultores familiares precisavam apresentar novamente todos os documentos, gerando problemas burocráticos que prejudicam fortemente os trabalhadores.

A renovação é tão somente uma etapa burocrática e que por falta de um documento da associação a que o agricultor é vinculado fica meses sem poder vender sua produção.

Essa proposta foi elaborada por pequenos agricultores conforme sua experiência com o programa, com um fato corriqueiro e que prejudica demais as famílias, sobretudo as assentadas.

Outra grande dificuldade é que uma mesma organização pode ter diferentes produções, e que não se encaixam no contrato principal, sendo possível, desta forma que a produção de mais de um agricultor familiar seja comercializado. A proposta é dinamizar os contratos e gerar menos empecilhos às organizações a adesão ao PAA.

Assim como, um prazo para a análise das propostas, que por vezes demorava mais que o tempo de produção dos alimentos, o que gerava perdas excessivas ou atrasos na produção, pois ou os agricultores se antecipavam e produziam antes dos contratos e corriam o risco de terem a aprovação muito após a colheita ou demoravam em iniciar a produção e atrasavam a entrega.

Por fim, a necessidade de incluir nos insumos o transporte e armazenamento da produção, uma vez que se trata de pequenos produtores rurais com serias dificuldades em escoar a produção e o armazenamento, sem esta cobertura adicional as perdas da produção são ainda maiores. Tal disposição garante redução das perdas e melhor qualidade dos produtos.

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescente-se art. 10-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 10-1. A União poderá incluir adicional de custos administrativos no valor a ser pago pelos contratos aos agricultores familiares ou suas organizações, conforme regulamento, nunca inferior a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

Permite o pagamento de um adicional de até 15% para cobrir custos administrativos de agricultores familiares e suas entidades, tendo em vista as dificuldades associadas aos beneficiários para garantir o cumprimento de todas as exigências burocráticas.

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescente-se art. 13-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 13-1. A autoridade responsável pela gestão e pela execução do PAA que concorrer para o desvio de sua finalidade, ou contribuir para a inclusão de participantes que não atendam aos requisitos legais ou ainda para o pagamento a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

Garantir a responsabilização de gestores que conduzem para o descaminho dos recursos do PAA. Bem como evitar situações como a ocorrida onde a mulher beneficiária do programa tinha seus pagamentos direcionados para o ex-marido, enfim evitar que situações prejudiciais aos agricultores familiares ocorram.

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescente-se art. 13-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 13-1. Os agricultores familiares o as suas associações deverão receber capacitação continuada em sanidade e segurança alimentar.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICATIVA

Para garantir a qualidade dos alimentos e melhoria na produção é fundamental que o PAA disponham de capacitação continuada em sanidade e segurança alimentar, para melhorar as técnicas de produção.

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Helder Salomão
(PT - ES)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso I, do Art. 1º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I - incentivar a agricultura familiar, com prioridade para os seus segmentos em situação de pobreza e pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda.

.....
””
.....

JUSTIFICATIVA

Os dados oficiais indicam que o PAA tem sido o programa para as áreas rurais com a execução em maior conformidade com os padrões de simetria entre as grandes regiões do país, ressalvada a pequena escala do mesmo.

De janeiro de 2020 a janeiro de 2023, o valor da entrega de produtos pelo Nordeste equivaleu a 42% do total, e o Norte a 20%. Porém, dado que mais de 64% dos estabelecimentos da agricultura familiar acham-se alijados do crédito, cumpre assegurar ao novo PAA a condição de instrumento efetivo, também, de equidade no acesso entre os agricultores familiares o que requer que o programa venha a atender com prioridade aqueles à margem dos mercados e das políticas públicas. Este é o propósito da Emenda.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

PEDRO UCZAI
DEPUTADO FEDERAL – PT/SC



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se Art. 18 na Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, com a seguinte redação:

“Art. 18 A cada exercício, a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá metas físicas, por produto e número de famílias, por Unidade Federada, para cada modalidade do programa instituído no caput do Art. 1º.

§1º As metas de que trata o caput serão dimensionadas, no mínimo, em dez por cento acima daquelas fixadas no exercício imediatamente anterior, observado o limite do universo dos beneficiários do programa.

§2º O descumprimento das metas previstas neste Artigo, ressalvado o disposto no §7º, sujeitará os gestores do programa às penalidades fixadas pela Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

§3º Em caso da ocorrência de razões superiores da administração impeditivas do cumprimento das metas estabelecidas para o PAA, o governo federal enviará relatório circunstanciado ao Congresso Nacional ao final do exercício de referência da LDO com os motivos que ensejaram o não alcance das metas”.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma das conquistas socioeconômicas mais relevantes da agricultura familiar. O programa livra o agricultor da dependência espoliativa do capital usurário no processo de comercialização; viabiliza recursos próprios para o custeio, além de alimentar e se beneficiar de um importante mercado institucional por sua vez atrelado a importantes programas sociais. Nesse contexto, a presente proposta de Emenda à MPV 1166/2023, visa induzir a massificação do programa cujos efeitos virtuosos incluiriam o forte processo de inclusão social dos setores da base da agricultura familiar.

Sala das sessões, em 27 de março de 2023.

PEDRO UCZAI
DEPUTADO FEDERAL – PT/SC



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso II, do Art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II – formação de estoques públicos; ou

.....
”””
.....

JUSTIFICATIVA

Não seria razoável a aquisição de alimentos pelo poder públicos para a formação de estoques privados. Esta Emenda pretende deixar claro o vínculo do PAA com a formação de estoques públicos.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

PEDRO UCZAI
DEPUTADO FEDERAL – PT/SC



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O Art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 3º

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos conforme metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA, do observando-se o acréscimo de até vinte por cento nesses preços nas operações do programa com agricultores familiares em situação de pobreza ou pobreza extrema;

.....
”
.....

.JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa dar concretude a um dos objetivos políticos do PAA como auxiliar na superação da pobreza nas áreas rurais. A garantia de preços com incremento de 20% será fundamental tanto para a criar as condições de viabilização produtiva desses segmentos como para o enfrentamento da pobreza e pobreza extrema entre os agricultores familiares.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023

PEDRO UCZAI
DEPUTADO FEDERAL – PT/SC



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso II, do Art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II – formação de estoques públicos; ou

.....
”””
.....

JUSTIFICATIVA

Não seria razoável a aquisição de alimentos pelo poder públicos para a formação de estoques privados. Esta Emenda pretende deixar claro o vínculo do PAA com a formação de estoques públicos.

Sala das Sessões, em de março de 2023.

Fernando Mineiro
Deputado Federal (PT - RN)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso I, do Art. 1º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I - incentivar a agricultura familiar, com prioridade para os seus segmentos em situação de pobreza e pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda.

.....
”””
.....

JUSTIFICATIVA

Os dados oficiais indicam que o PAA tem sido o programa para as áreas rurais com a execução em maior conformidade com os padrões de simetria entre as grandes regiões do país, ressalvada a pequena escala do mesmo.

De janeiro de 2020 a janeiro de 2023, o valor da entrega de produtos pelo Nordeste equivaleu a 42% do total, e o Norte a 20%. Porém, dado que mais de 64% dos estabelecimentos da agricultura familiar acham-se alijados do crédito, cumpre assegurar ao novo PAA a condição de instrumento efetivo, também, de equidade no acesso entre os agricultores familiares o que requer que o programa venha a atender com prioridade aqueles à margem dos mercados e das políticas públicas. Este é o propósito da Emenda.

Sala das Sessões, em de março de 2023

Fernando Mineiro

Deputado Federal (PT - RN)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O Art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 3º

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos conforme metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA, do observando-se o acréscimo de até vinte por cento nesses preços nas operações do programa com agricultores familiares em situação de pobreza ou pobreza extrema;

.....
”
.....

.JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa dar concretude a um dos objetivos políticos do PAA como auxiliar na superação da pobreza nas áreas rurais. A garantia de preços com incremento de 20% será fundamental tanto para a criar as condições de viabilização produtiva desses segmentos como para o enfrentamento da pobreza e pobreza extrema entre os agricultores familiares.

Sala das Sessões, em de março de 2023

Fernando Mineiro

Deputado Federal (PT - RN)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se Art. 18 na Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, com a seguinte redação:

“Art. 18 A cada exercício, a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá metas físicas, por produto e número de famílias, por Unidade Federada, para cada modalidade do programa instituído no caput do Art. 1º.

§1º As metas de que trata o caput serão dimensionadas, no mínimo, em dez por cento acima daquelas fixadas no exercício imediatamente anterior, observado o limite do universo dos beneficiários do programa.

§2º O descumprimento das metas previstas neste Artigo, ressalvado o disposto no §7º, sujeitará os gestores do programa às penalidades fixadas pela Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

§3º Em caso da ocorrência de razões superiores da administração impeditivas do cumprimento das metas estabelecidas para o PAA, o governo federal enviará relatório circunstanciado ao Congresso Nacional ao final do exercício de referência da LDO com os motivos que ensejaram o não alcance das metas”.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma das conquistas socioeconômicas mais relevantes da agricultura familiar. O programa livra o agricultor da dependência espoliativa do capital usurário no processo de comercialização; viabiliza recursos próprios para o custeio, além de alimentar e se beneficiar de um importante mercado institucional por sua vez atrelado a importantes programas sociais. Nesse contexto, a presente proposta de Emenda à MPV 1166/2023, visa induzir a massificação do programa cujos



efeitos virtuosos incluiriam o forte processo de inclusão social dos setores da base da agricultura familiar.

Sala das sessões, em março de 2023.

Fernando Mineiro
Deputado Federal (PT - RN)





MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Emenda Modificativa nº
(Do Deputado Defensor Stélio Dener)**

Dê-se ao Art. 15 a seguinte redação:

Art. 15. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 75

.....

XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; e

XVII - para a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda e indígenas atingidas pela seca, pela falta regular de água ou com baixa qualidade de água para consumo humano.

.....” (NR)





JUSTIFICATIVA

Considerando os últimos acontecimentos na Terra Indígena Yanomami, uma crise humanitária reconhecida e grave, é que apresentamos esta emenda no sentido de permitir que também sejam beneficiadas com tecnologias de acesso à água para consumo humano, os indígenas de todo o país.

Trata-se de uma situação necessária que fica evidente com a crise nos Yanomami, mas que é uma realidade de todo o país, e são várias as comunidades indígenas que necessitam de melhorias no abastecimento e fornecimento de água, sempre respeitando as crenças, costumes e seus territórios.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos presentes parlamentares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
REPUBLICANOS/RR



Medida Provisória 1.166, de 22 março de 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

O § 1º do art. 3º, constante da Medida Provisória nº 1166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

§ 1º Os produtos poderão utilizar a cotação do mercado mais próximo existente, desde que não ultrapasse o preço estabelecido para o mercado convencional, admitindo um acréscimo máximo de 10% (dez por cento) sobre esse preço.

.....”(NR)

JUSTIFICATIVA

Entendemos que permitir um acréscimo de até trinta por cento, nos produtos agroecológicos ou orgânicos - em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais - na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no mercado local ou regional, implicará, em algumas regiões, em pagamento de preço muito acima de mercado, sendo que o Programa tem que ser norteado pelo princípio da economicidade, assim como preservar os recursos públicos, evitando o pagamento de preço mais elevado pelas aquisições.

Sendo assim, propomos alteração ao §1º, constante do art. 3º da presente Medida, sendo que os produtos poderão utilizar a cotação do mercado mais próximo existente, desde que não ultrapasse o preço estabelecido para o mercado convencional, admitindo um acréscimo máximo de dez por cento sobre o mesmo.

Por tudo isso, peço apoio aos meus pares na aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em

Deputada **DANI CUNHA**



UNIÃO-RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235473681800>



EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Dê-se a seguinte redação à alínea *e* do inciso II do § 4º do art. 4º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023:

“Art. 4º
.....
§ 4º
.....
II –
.....
e) mulheres, especialmente as mulheres agricultoras
familiares chefes de família; e
.....”

JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos a presente emenda à Medida Provisória (MPV) nº 1.166, de 2023, para destacar a importância das mulheres para o consumo alimentar de suas famílias. Nas estratégias de desenvolvimento social modernas executadas no Brasil, prioriza-se a transferência de recursos para as mulheres chefes de família porque são elas que melhor aplicam os recursos recebidos para promover benefícios ao conjunto de seus lares.

A título de exemplificação, na execução do Programa Bolsa Família (PBF) a ampla maioria dos referidos lares tem uma mulher como responsável familiar. Na folha de pagamento de março de 2023, por exemplo, 81,2% dos benefícios concedidos estão em nome das mulheres, que são as chefes de suas famílias. São 17,2 milhões do total de 21,1 milhões de famílias beneficiárias neste mês.

Na Região Centro-Oeste, o número é ainda mais expressivo. Lá, 86,9% dos lares registram uma mulher como responsável familiar, ou 982 mil famílias de um total de 1,1 milhão. No Sul, o percentual é de 82,8%, com 1,1 milhão de famílias com mulheres à frente em um total de 1,4 milhão. Na Região Norte são 82,5%, no Sudeste 81,3% e no Nordeste, 79,9%.

Na perspectiva da agricultura familiar não é diferente. As mulheres têm um papel decisivo para a produção e o consumo de alimentos para seus filhos e demais moradores de suas residências. É nesse contexto que entendemos estratégico ressaltar, diante da prioridade que o PAA concede às mulheres, que deve ser dada atenção ainda maior às mulheres chefes de suas famílias, razão por que, rogamos apoio dos nobres pares a esta emenda.

Sala da Comissão,

Senador PLÍNIO VALÉRIO



Gabinete do Senador Weverton

EMENDA ADITIVA nº - COMISSÃO MISTA

(à MPV 1.166 de 2023)

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo à MPV 1166/2023 que “Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021”.

“Art. . Valores porventura pagos aos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos como compensação decorrência de desastre, situação de emergência ou estado de calamidade pública devidamente reconhecidos pelo poder público não integrarão base de cálculo de renda familiar para fins de acesso a benefícios sociais, programas de transferência de renda e outras políticas públicas em que haja prestação pecuniária pelo poder público a beneficiário pessoa física”.

JUSTIFICAÇÃO

A propósito de fazer constar no texto da MPV 1166/2023 o referido dispositivo deve-se à necessidade de se evitar dúvidas estatais desnecessárias por ocasião do pagamento de outros benefícios sociais aos beneficiários do PAA incluídos em programas de transferência de renda e outras políticas públicas em decorrência de desastres, naturais ou não, situações de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos.

Nesse contexto, a EMD proposta foi inspirada nos ajustes formulados no PL 4915, de 2019, que beneficiou as vítimas de Brumadinho-MG ao retirar da base de cálculo de renda familiar os benefícios sociais porventura pagos, a fim de se evitar injustiças na hora de inclusão em políticas públicas destinadas a medidas assistenciais de salvaguarda financeira às pessoas afetadas por desastres, estados de calamidade e outras tragédias devidamente reconhecidas pelo poder público.

É o caso, por exemplo, da estiagem que assola o RS, cujos efeitos materializam-se em perdas incalculáveis de alimentos, de gados, de emprego, de renda e de arrecadação fiscal ao Estado gaúcho.



Gabinete do Senador Weverton

Sendo assim, nada mais justo do que somar esforços à política nacional de ajuda às vítimas de desastres, catástrofes e calamidades diversas sem prejuízo para continuidade de outros benefícios porventura preexistentes, pagos a título de PAA, auxílios, transferências de rendas ou qualquer outro programa assistencial criados pelo Poder público destinados à atenuação de prejuízos, especialmente quando voltados ao combate da insegurança alimentar.

Por estas razões é que peço o apoio de meus nobres pares para o acolhimento da presente Emenda.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Senador Hamilton Mourão

REPUBLICANOS/RS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição
de Alimentos e altera a Lei nº 12.512,
de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº
14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº
(do Deputado Pedro Campos)

Dê-se ao inciso I, do Art 7.º da Medida Provisória n.º 1.166, de 22 de março de 2023, a seguinte redação:

“Art. 7ª.....

I – promoção de ações de segurança alimentar e nutricional, em especial para beneficiários de programas de assistência social, com prioridade para pessoas com deficiência e idosos.

§ 1º.....

§ 2º Os órgãos responsáveis pela execução do programa mencionado no caput deverão estabelecer critérios para a identificação e seleção das pessoas com deficiência para as ações de priorização, considerando suas necessidades nutricionais e especificidades de cada caso.

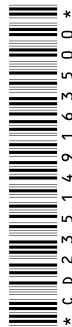
JUSTIFICATIVA

O PAA tem como visão a promoção do acesso à alimentação saudável para famílias em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, garantir a inclusão da destinação prioritária dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para pessoas com deficiência e idosos é uma medida importante e necessária para garantir a segurança alimentar e nutricional desses grupos populacionais vulneráveis e que frequentemente enfrentam desafios em relação ao acesso a alimentos nutritivos e de qualidade.

Por estas razões, solicitamos a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado **PEDRO CAMPOS**
PSB/PE





MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

Acrescente-se novo parágrafo ao art. 1º da MPV 1166/2023, com a seguinte redação:

Art. 1º

.....

§ 1º

§ 2º Será concedida, na forma do regulamento, uma bonificação no valor dos produtos agrícolas adquiridos que atendam aos requisitos constantes do inciso VII do caput.

JUSTIFICAÇÃO

O texto proposto visa aumentar e remunerar adequadamente a participação dos orgânicos, com o respeito à biodiversidade, nas aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sabemos que nestas situações o produtor pode ter um aumento dos custos de produção agrícola.

A demanda crescente por produtos orgânicos tem estimulado muitos produtores familiares a se oficializarem junto ao Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, mantido pelo Ministério da Agricultura.

Para comercializar seus produtos como orgânicos, os agricultores devem certificar seus produtos por meio de auditoria junto a uma certificadora cadastrada no Ministério da Agricultura ou pelos sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica, formados por grupos de produtores que se organizam para conseguir uma autocertificação

A ampliação anual da compra de produtos orgânicos é uma das metas previstas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), em vigor desde 2016. No âmbito do PAA, o plano tinha o objetivo de garantir, até 2019, que pelo menos



5% dos recursos aplicados anualmente pelo PAA fossem para alimentos orgânicos, da sociobiodiversidade e de base agroecológica.

As compras governamentais de produtos orgânicos irão estimular que os agricultores convertam a produção de convencional para orgânica

Além da bonificação dos orgânicos no programa, e a melhor remuneração dos produtores, a produção orgânica traz benefícios para a saúde e para o meio ambiente.

Por estas razões, solicitamos a aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, em de de 2023.

Deputado Pedro Campos (PSB/PE)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O Art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 3º

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos conforme metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA, do observando-se o acréscimo de até vinte por cento nesses preços nas operações do programa com agricultores familiares em situação de pobreza ou pobreza extrema;

.....
”
.....

.JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa dar concretude a um dos objetivos políticos do PAA como auxiliar na superação da pobreza nas áreas rurais. A garantia de preços com incremento de 20% será fundamental tanto para a criar as condições de viabilização produtiva desses segmentos como para o enfrentamento da pobreza e pobreza extrema entre os agricultores familiares.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

Luiz Couto
Deputado Federal PT/PB



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se Art. 18 na Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, com a seguinte redação:

“Art. 18 A cada exercício, a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá metas físicas, por produto e número de famílias, por Unidade Federada, para cada modalidade do programa instituído no caput do Art. 1º.

§1º As metas de que trata o caput serão dimensionadas, no mínimo, em dez por cento acima daquelas fixadas no exercício imediatamente anterior, observado o limite do universo dos beneficiários do programa.

§2º O descumprimento das metas previstas neste Artigo, ressalvado o disposto no §7º, sujeitará os gestores do programa às penalidades fixadas pela Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

§3º Em caso da ocorrência de razões superiores da administração impeditivas do cumprimento das metas estabelecidas para o PAA, o governo federal enviará relatório circunstanciado ao Congresso Nacional ao final do exercício de referência da LDO com os motivos que ensejaram o não alcance das metas”.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma das conquistas socioeconômicas mais relevantes da agricultura familiar. O programa livra o agricultor da dependência espoliativa do capital usurário no processo de comercialização; viabiliza recursos próprios para o custeio, além de alimentar e se beneficiar de um importante mercado institucional por sua vez atrelado a importantes programas sociais. Nesse contexto, a presente proposta de Emenda à MPV 1166/2023, visa induzir a massificação do programa cujos



efeitos virtuosos incluiriam o forte processo de inclusão social dos setores da base da agricultura familiar.

Sala das sessões, 27 de março de 2023.

Luiz Couto
Deputado Federal PT/PB



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso I, do Art. 1º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I - incentivar a agricultura familiar, com prioridade para os seus segmentos em situação de pobreza e pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda.

.....
””
.....

JUSTIFICATIVA

Os dados oficiais indicam que o PAA tem sido o programa para as áreas rurais com a execução em maior conformidade com os padrões de simetria entre as grandes regiões do país, ressalvada a pequena escala do mesmo.

De janeiro de 2020 a janeiro de 2023, o valor da entrega de produtos pelo Nordeste equivaleu a 42% do total, e o Norte a 20%. Porém, dado que mais de 64% dos estabelecimentos da agricultura familiar acham-se alijados do crédito, cumpre assegurar ao novo PAA a condição de instrumento efetivo, também, de equidade no acesso entre os agricultores familiares o que requer que o programa venha a atender com prioridade aqueles à margem dos mercados e das políticas públicas. Este é o propósito da Emenda.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

Luiz Couto

Deputado Federal PB/PB



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso II, do Art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II – formação de estoques públicos; ou

.....
”””
.....

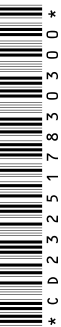
JUSTIFICATIVA

Não seria razoável a aquisição de alimentos pelo poder públicos para a formação de estoques privados. Esta Emenda pretende deixar claro o vínculo do PAA com a formação de estoques públicos.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

Luiz Couto

Deputado Federal PT/PB



MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.166 DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

(do Deputado DR LUIZ OVANDO)

A Medida Provisória nº 1.166, de 2023, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, com as seguintes

finalidades:

...

X - fomentar a produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres e juventude rural, que atendam a todos os requisitos dispostos no Art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. “

(...)

“Art. 3º O Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal poderá adquirir diretamente os alimentos produzidos pelos beneficiários fornecedores de que trata o art. 4º, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

...

§2º São considerados de produção própria os seguintes produtos resultantes das atividades dos beneficiários de que trata o art. 4º;”

(...)

“Art. 4º Poderão fornecer produtos ao PAA os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrarem no disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.



...

§3º Na hipótese de participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, o Grupo Gestor do PAA poderá estabelecer critérios diferenciados de enquadramento para atender a realidades culturais e sociais específicas, nos termos do regulamento do PAA, mediante publicação de nota técnica que justifique sua necessidade.”

(...)

“Art. 8º O PAA poderá ser executado:

...

II – mediante a celebração de termo de execução descentralizada com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)”.

(...)

“Art. 10. O pagamento aos beneficiários fornecedores será efetuado diretamente pela União.

§1º - O pagamento de que trata o caput será efetuado por meio das instituições financeiras oficiais ou de cooperativas de crédito e bancos cooperativos, mediante convênio para o repasse aos beneficiários.”

(...)

Suprime-se:

- a) O inciso IV do Art. 3º*
- b) O inciso II do §4º do Art. 4º e suas respectivas alíneas.*
- c) O inciso XVII do Art. 15º.*

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.166/2023 retorna com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que havia sido substituído pelo Programa Alimenta Brasil por meio da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. A necessidade de um Programa Federal de estímulo à aquisição de produtos elaborados pela agricultura familiar converge com os anseios de todo o setor produtivo primário brasileiro: aumentar a segurança alimentar e incentivar a produção de alimentos no país. E nesse sentido, o PAA pode efetivamente ser vetor de mudança positiva para toda a sociedade.

O texto apresentado pela MPV nº 1.166/2023 traz o conceito de simplificação e objetividade ao Programa definido na Lei nº 14.284/2021, mas



carece de ser revisado e alterado a fim de manter o status imparcial que pauta a administração pública e a segurança jurídica que um Programa nacional necessita para ter continuidade e efetividade. Dessa forma, sugerimos alterações que conectam o Programa com a essência da legislação voltada à Agricultura Familiar, instituída pela Lei nº 11.326, de 14 de julho de 2006, e que assegura, efetivamente, que todos os conceitos definidos no seu art. 3º sejam atendidos na sua integralidade para a execução do PAA.

Outro ponto considerado foi o de retirar a atribuição do Grupo Gestor do PAA em estabelecer critérios a serem considerados na produção de alimentos, tal como o que considerar como de produção própria. Não vemos a necessidade de ser citada essa atribuição no texto da MP.

Sobre outra função do Grupo Gestor do PAA, a de estabelecer critérios diferenciados de enquadramento para atender a realidades culturais e sociais específicas para a participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no PAA, tem-se necessário que esse estabelecimento esteja pautado em critérios técnicos, por meio de publicação de nota técnica justificativa. Trata de dar publicidade ao ato discricionário que possui viés isonômico, mas que deve ser justificado.

Sobre a questão da execução do PAA, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desde o seu início desempenhou importante papel. O texto apresentado pela MPV, cita descentralização de créditos para a Companhia, porém sugerimos que o texto retorne ao anterior, da Lei nº 14.284/2021, que trata da necessidade de esta executar o Programa mediante assinatura de termo de execução descentralizada, a fim de dar segurança jurídica à participação efetiva da Conab. Com o mesmo pensamento, sugerimos que as instituições financeiras envolvidas no PAA atuem mediante convênios e com maior transparência, uma vez que haverá repasse de dinheiro da União.

O art. 15 trata de dispensa de licitação para entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos. Sabemos que o fenômeno da Seca, ou estiagem, comum na região Semiárida, ocorre frequentemente e que possui outros Órgãos responsáveis por políticas públicas direcionadas para a captação da água das chuvas e etc. No contexto desta MP, não há a necessidade de sobreposição de ações.

As sugestões propostas têm o intuito de que o PAA tenha boa operacionalidade e sucesso nos próximos anos.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado DR LUIZ OVANDO

PP/MS





MPV 1166
00057

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 3º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023:

“Art. 3º
.....

§ 4º Na produção dos alimentos a serem fornecidos ao PAA, os beneficiários produtores receberão atendimento prioritário dos programas executados no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) de que trata a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda pretende garantir que, na produção dos alimentos a serem fornecidos ao PAA, os beneficiários produtores receberão atendimento prioritário dos programas executados no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER).

Estabelecida pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a Pnater tem o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural, apoiando o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Nesse contexto, tem o condão de contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com destaque para o processo de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Ao prever o atendimento prioritário dos beneficiários produtores do PAA no âmbito da Pnater, contribui-se para promover ação sinérgica entre diferentes políticas públicas orientadas ao desenvolvimento rural brasileiro. Diante da importância da medida que ora se apresenta, rogamos apoio dos nobres pares a esta emenda.

Sala da Comissão,

Senador **IZALCI LUCAS**
(PSDB/DF)



MPV 1166
00058

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 1.166, de 2023)

Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 7º

.....

§ 1º

§ 2º Os estudantes de todas as etapas da educação básica pública atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) terão acesso prioritário às ações de segurança alimentar e nutricional de que trata o inciso I do *caput*.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem como objetivo contemplar os estudantes de todas as etapas da educação básica pública atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com acesso prioritário às ações de segurança alimentar e nutricional de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º da MPV.

Destacamos que a agricultura familiar tem sido fundamental para o funcionamento do PNAE ao longo dos últimos anos. De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina-se que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE devem ser utilizados, obrigatoriamente, na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

O PNAE incorpora, assim, elementos relacionados à produção, ao acesso e ao consumo de alimentos, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

nacional. Nesse contexto, entendemos oportuna a previsão de que o PAA priorize, entre suas ações de segurança alimentar e nutricional, os estudantes atendidos pelo PNAE – tal medida pode contribuir para aumentar ainda mais os níveis de segurança alimentar de crianças e jovens brasileiros.

Pela importância da proposta em questão, rogamos apoio dos nobres pares a esta emenda.

Sala da Comissão,

Senador **IZALCI LUCAS**
(PSDB/DF)



MPV 1166
00059

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(a MPV 1.166 de 22 de março de 2023)

Acrescente-se o inciso IV, ao artigo 7º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023:

Art. 7º

.....

IV– fornecimento de alimentação para escolas públicas aos alunos regularmente matriculados.

JUSTIFICAÇÃO

O Art. 7º da MPV 1.166 de 22 de março de 2023 estabelece as destinações para dos alimentos adquiridos no Programa:

I - promoção de ações de segurança alimentar e nutricional;

II - formação de estoques; ou

III - atendimento às demandas de gêneros alimentícios e materiais propagativos por parte da administração pública, direta, autárquica e fundacional, federal, estadual, distrital ou municipal.

Considero uma omissão importante a destinação dos alimentos para a alimentação escolar, omissão esta que é sanada com a presente emenda.

O Governo Federal instituiu, por meio da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo



SENADO FEDERAL

Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

imprescindível que os dois importantes Programas sejam solidários e se complementem.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1166
00060**

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA Nº - PLENÁRIO

(a MPV 1.166 de 22 de março de 2023)

Acrescente-se artigo, onde couber, à MPV 1.166 de 22 de março de 2023:

Art. O art. 4º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 4.**

.....

Parágrafo único. O fornecimento da alimentação escolar poderá ser estendido aos finais de semana e períodos de férias escolares, por meio de recursos alocados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022, 46,2% das crianças do país com menos de 14 anos vivem abaixo da linha de pobreza - o maior percentual da série histórica, iniciada em 2012.

A insegurança alimentar, em especial na presença de desnutrição, tem efeitos de longo prazo para os estudantes. Atrasos no crescimento, dificuldades de aprendizado e maior risco de desenvolver obesidade e outras doenças crônicas são algumas das consequências. A alimentação adequada nas escolas também promove educação alimentar, criando hábitos saudáveis para o futuro.

A oferta de refeições na escola funciona na prática como transferência indireta de renda para as famílias, ao poupar recursos do orçamento familiar que seriam destinados à alimentação (com o ganho de escala e consequente



SENADO FEDERAL

Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

diminuição de preços proporcionado pelas compras públicas). Além disso, a integração da agricultura familiar no programa, quando cumprida, garante renda constante às famílias produtoras de cada região.

O artigo 4º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, no qual se propõe este acréscimo, estabelece que o “Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante **o período letivo.**”

O objetivo da presente emenda, é proporcionar uma intercâmbio sadio entre os dois importantes Programas do Governo, o PAA e o PNAE, por meio da ampliação do escopo do PNAE contemplando a possibilidade não compulsória de fornecimento da alimentação escolar também nos finais de semana e período de férias escolares com os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos.

Resumidamente, é uma tentativa de diminuir a desnutrição infantil no Brasil em curto prazo de tempo, fornecendo alimentação às crianças que estudam, ao estender a merenda escolar para todos os dias da semana, considerando principalmente, a realidade de vários estados brasileiros nos quais a merenda escolar constitui a principal refeição da criança.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso I, do Art. 1º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I - incentivar a agricultura familiar, com prioridade para os seus segmentos em situação de pobreza e pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda.

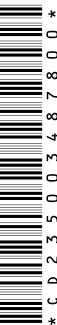
.....
”
.....

JUSTIFICATIVA

Os dados oficiais indicam que o PAA tem sido o programa para as áreas rurais com a execução em maior conformidade com os padrões de simetria entre as grandes regiões do país, ressalvada a pequena escala do mesmo.

De janeiro de 2020 a janeiro de 2023, o valor da entrega de produtos pelo Nordeste equivaleu a 42% do total, e o Norte a 20%. Porém, dado que mais de 64% dos estabelecimentos da agricultura familiar acham-se alijados do crédito, cumpre assegurar ao novo PAA a condição de instrumento efetivo, também, de equidade no acesso entre os agricultores familiares o que requer que o programa venha a atender com prioridade aqueles à margem dos mercados e das políticas públicas. Este é o propósito da Emenda.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2023
Deputado Federal Valmir Assunção
PT-BA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se Art. 18 na Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, com a seguinte redação:

“Art. 18 A cada exercício, a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá metas físicas, por produto e número de famílias, por Unidade Federada, para cada modalidade do programa instituído no caput do Art. 1º.

§1º As metas de que trata o caput serão dimensionadas, no mínimo, em dez por cento acima daquelas fixadas no exercício imediatamente anterior, observado o limite do universo dos beneficiários do programa.

§2º O descumprimento das metas previstas neste Artigo, ressalvado o disposto no §7º, sujeitará os gestores do programa às penalidades fixadas pela Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

§3º Em caso da ocorrência de razões superiores da administração impeditivas do cumprimento das metas estabelecidas para o PAA, o governo federal enviará relatório circunstanciado ao Congresso Nacional ao final do exercício de referência da LDO com os motivos que ensejaram o não alcance das metas”.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Aquisição de Alimentos constitui uma das conquistas socioeconômicas mais relevantes da agricultura familiar. O programa livra o agricultor da dependência espoliativa do capital usurário no processo de comercialização; viabiliza recursos próprios para o custeio, além de alimentar e se beneficiar de um importante mercado institucional por sua vez atrelado a importantes programas sociais. Nesse contexto, a presente proposta de Emenda à MPV 1166/2023, visa induzir a massificação do programa cujos efeitos virtuosos incluiriam o forte processo de inclusão social dos setores da base da agricultura familiar.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2023
Deputado Federal Valmir Assunção
PT-BA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O Art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 3º

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos conforme metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA, do observando-se o acréscimo de até vinte por cento nesses preços nas operações do programa com agricultores familiares em situação de pobreza ou pobreza extrema;

...”

.JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa dar concretude a um dos objetivos políticos do PAA como auxiliar na superação da pobreza nas áreas rurais. A garantia de preços com incremento de 20% será fundamental tanto para criar as condições de viabilização produtiva desses segmentos como para o enfrentamento da pobreza e pobreza extrema entre os agricultores familiares.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2023
Deputado Federal Valmir Assunção
PT-BA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso II, do Art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II – formação de estoques públicos; ou

.....
”””
.....

JUSTIFICATIVA

Não seria razoável a aquisição de alimentos pelo poder públicos para a formação de estoques privados. Esta Emenda pretende deixar nítido o vínculo do PAA com a formação de estoques públicos.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2023
Deputado Federal Valmir Assunção
PT-BA



EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º:

“Art. 7º

.....

§ 1º

§ 2º Os brasileiros registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) terão prioridade nas destinações de que trata este artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos a presente emenda à Medida Provisória (MPV) nº 1.166, de 2023, para prever que os brasileiros registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) terão prioridade nas destinações dos produtos adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Desde o seu estabelecimento, em 2001, o CadÚnico tem sido importante instrumento para a execução de políticas públicas no Brasil. Instituído pelo Decreto nº 3.877, do referido ano, o CadÚnico registra os dados dos brasileiros mais vulneráveis, os quais são alvo de estratégias de combate à fome e à pobreza, como o Programa Bolsa Família (PBF).

Entendemos que são esses os brasileiros que devem ser priorizados na oferta dos produtos adquiridos pelo PAA, razão por que solicitamos apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda que ora se apresenta.

Sala da Comissão,

Senador

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 4º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023:

“**Art. 4º** Poderão fornecer produtos ao PAA, individualmente ou por meio de cooperativas ou associações de produtores, os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrarem no disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos a presente emenda à Medida Provisória (MPV) nº 1.166, de 2023, para aumentar a coerência entre o *caput* e os parágrafos do art. 4º da proposição em análise. Os parágrafos em questão já estabelecem a distinção entre os beneficiários diretos e indiretos do Programa de Aquisição de Alimentos, embora o *caput* os trate de maneira mais genérica.

Entendemos, nesse contexto, importante que o referido *caput* faça menção explícita às possibilidades de beneficiários produtores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) serem atendidos pelo Programa diretamente – de modo individual – ou indiretamente, por meio de suas cooperativas. Com tal sugestão, acreditamos que haverá o aprimoramento da técnica legislativa da MPV que ora se analisa, razão por que, rogamos apoio dos nobres pares a esta emenda.

Sala da Comissão,

Senador



MPV 1166
00067

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

O inciso I, do Art. 7.º da Medida Provisória n.º 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

7ª
.....

I – promoção de ações de segurança alimentar e nutricional, **com prioridade para comunidades em vulnerabilidade social.**

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A vulnerabilidade social é caracterizada coma a escassez de recursos para lidar com questões cotidianas, tais como renda, moradia, saneamento, trabalho, violência e educação. Infelizmente, segundo dados oficiais, parte considerável da população brasileira ainda está nessa condição.

A presente emenda visa garantir que os produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos sejam prioritariamente destinados a essas comunidades em vulnerabilidade social. Esperamos, com essa medida, dirimir esse flagelo na dimensão alimentar que, como sabemos, é essencial para dar condições a essas pessoas de sair dessa condição social. .

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

Deputado TIÃO MEDEIROS
(PP/PR)





MPV 1166
00068

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

O parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória n.º 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. A participação social no Grupo Gestor do PAA e em seus comitês consultivos será estabelecida em regulamento, caput, **ficando assegurada a participação paritária de representantes do governo e de entidades nacionais de representação da agricultura familiar.**

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo um caráter mais democrático e representativo no Comitê Gestor do PAA. Para tanto, asseguramos a participação paritária entre o governo e as entidades nacionais de representação da agricultura familiar no Comitê Gestor. Dessa forma, acreditamos que as decisões do Grupo terão mais representativa porque serão tomadas baseadas na experiência dos próprios agricultores familiares.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

Deputado TIÃO MEDEIROS
(PP/PR)



EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Acrescente-se as alíneas *g* e *h* ao inciso II do § 4º do art. 4º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023:

“Art. 4º

.....

§ 4º

.....

II -

.....

g) pessoas com deficiência que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e

h) pessoas idosas.”

JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos a presente emenda à Medida Provisória (MPV) nº 1.166, de 2023, para contemplar os agricultores familiares com deficiência e que recebam o BPC, bem como aqueles que são idosos, com o acesso prioritário ao Programa de que trata o § 4º do art. 4º da MPV.

Trata-se de grupos que, por uma condição especial de vulnerabilidade, merecem tratamento diferenciado do poder público ao estabelecer políticas públicas que visam, entre outros objetivos, mitigar as mazelas decorrentes da desigualdade social em nosso país.

Por estar certo de que a medida contribui para o aperfeiçoamento do Programa de Aquisição de Alimentos, rogo apoio dos nobres Pares à presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador EDUARDO BRAGA



MPV 1166
00070

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

O inciso II do parágrafo quarto do art. 4º da Medida Provisória n.º 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....
§ 4º Conforme estabelecido pelo Grupo Gestor do PAA, terão prioridade de acesso ao Programa:

I - os agricultores familiares incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; e

II - os agricultores familiares pertencentes aos seguintes grupos:

- a) povos indígenas;
- b) comunidades quilombolas e tradicionais;
- c) assentados da reforma agrária;
- d) negros;
- e) mulheres;
- f) juventude rural e
- g) idosos.**

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha à Medida Provisória 1166/2023, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), “tem como finalidades principais incentivar a agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social dos agricultores familiares mais pobres, e promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.” Trata-se de um “programa de fomento, que garante a geração de renda e incentivo à produção de alimentos pelos agricultores famílias mais pobres, e de estratégia de combate à insegurança alimentar e nutricional, rural e urbana, com a oferta





CÂMARA DOS DEPUTADOS

de alimentos saudáveis, com regularidade, às famílias atendidas pela rede socioassistencial e por equipamentos públicos e sociais de alimentação.”

A presente emenda tem como objetivo incluir os idosos na priorização no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos, conforme estabelecido pelo Grupo Gestor do PAA. Dessa forma, essa população de faixa etária mais elevada se associa a outros grupos populacionais que merecem uma atenção maior do estado por conta de sua natural fragilização.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2023.

Deputado TIÃO MEDEIROS
(PP/PR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Heitor Schuch (PSB/RS)

MPV 1166
00071

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023.

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº

O § 2º do Artigo 4º da Medida Provisória nº 1166/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

.....

§ 2º Nas aquisições realizadas por meio de cooperativas dos agricultores familiares e dos demais beneficiários que se enquadrarem no art. 3º da Lei nº 11.326, de 2006, as operações com produtos dos associados com a sua cooperativa, bem como entre cooperativas associadas entre si e através de centrais, federações e confederações às quais aquelas estiverem associadas, constituirá ato cooperativo, previsto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971”.

JUSTIFICAÇÃO

Em boa providência, a Medida Provisória que trata do Programa de Aquisição de Alimentos ressalta a importância do reconhecimento do ato cooperativo nas operações e nas cooperativas. No entanto, a previsão constitucional a respeito do ato cooperativo (Art. 146, III, c da Constituição Federal) não o limita às operações entre associados e a sua cooperativa, mas também em relação a todo o processo de operacionalização da produção, incluindo as relações das cooperativas entre si e suas instâncias de segundo e terceiro grau que complementam a atuação das cooperativas.

A ampliação do entendimento do ato cooperativo faz-se necessária para cumprir outra determinação Constitucional do “apoio e estímulo ao cooperativismo” (presente no Artigo 174, § 2º) ampliando sua área de atuação, o seu fortalecimento e permitindo e incentivando medidas de intercooperação.

Sala das sessões, em de de 2023.

Deputado Heitor Schuch (PSB/RS)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº
(Do Sr. Marcel Van Hattem - NOVO/RS)

O art. 2º da Medida Provisória nº 1166/2023 fica alterado com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º A participação social no Grupo Gestor do PAA e em seus comitês consultivos, em caráter consultivo, sem direito a voto, será estabelecida em regulamento.

§ 2º O Grupo Gestor divulgará, semestralmente, relatório com a avaliação dos resultados da política pública do PAA.

§ 3º O regulamento do PAA deverá ser precedido de consulta pública, por no mínimo trinta dias, seguida de audiência pública, aberta a quaisquer interessados.

§ 4º As sugestões e os comentários apresentados durante a consulta e a audiência pública deverão ser considerados no regulamento, com recusa motivada das sugestões e dos comentários que não forem incorporados.

§ 5º A composição do Grupo Gestor do PAA deverá conter representantes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em proporção que represente a pluralidade das regiões do País, nos termos do regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do texto original da Medida Provisória, o Poder Executivo disciplinará em regulamento pontos fundamentais do PAA, tais como:

- definição das suas modalidades, sem limitações;
- definição da metodologia de apuração/aferição de preços e a fixação do valor máximo anual para aquisições de alimentos em cada modalidade do PAA;
- a composição do Grupo Gestor do PAA;
- a forma de descentralização de créditos para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- o pagamento, sem licitação, do intermediado por instituições financeiras oficiais;



- definição do “atestado por representante da entidade” que receber os alimentos, como forma de comprovação da entrega e da qualidade dos produtos; e
- a participação social no Grupo Gestor do PAA e em seus comitês consultivos.

Decerto que é importante a flexibilidade para o Poder Executivo definir como quiser o regulamento do Programa. Todavia, tal flexibilidade não pode ser um “cheque em branco”. Precisa ser compatibilizada com transparência, segurança jurídica, previsibilidade de regras e participação da sociedade.

Por esse motivo, propomos a presente Emenda. Um objetivo é estabelecer que o regulamento do PAA deverá ser precedido de consulta pública, por no mínimo trinta dias, seguida de audiência pública, aberta a quaisquer interessados. O diálogo e o controle social sobre esse regulamento, mediante consulta pública, é uma forma de contribuir para o sucesso do Programa. A emenda ainda prevê que as sugestões e os comentários apresentados durante a consulta e a audiência pública deverão ser considerados no regulamento, devendo ser motivada a recusa das sugestões e dos comentários que não forem incorporados.

Outro objetivo é garantir que seja transparente para a sociedade os resultados da política pública. Isso é alcançado quando são divulgados relatórios periódicos acerca da avaliação do PAA. Nos termos ora propostos, consideramos que os relatórios devem ser semestrais. Além disso, a Emenda também dispõe que a composição do Grupo Gestor do PAA, a ser definida em regulamento do Poder Executivo, deverá conter representantes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Sala da Comissão, 28 de março de 2023.

Deputado Federal MARCEL VAN HATTEM

NOVO/RS





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescente-se inciso XI ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....
XI – incentivar a produção da agricultura familiar com apoio técnico.
.....”

JUSTIFICATIVA

A emenda proposta visa incentivar o apoio técnico para a produção da agricultura familiar, a fim de multiplicar os benefícios socioeconômicos dessa importante política pública.

O apoio técnico pode ser feito pelo sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural por meio de capacitações, treinamentos e assistência técnica.

Com apoio técnico, os agricultores terão mais conhecimento sobre técnicas de cultivo, manejo do solo e controle de pragas e doenças, o que pode melhorar a qualidade e a produtividade de suas lavouras.

Além disso, uma vez que o programa visa à compra de alimentos frescos diretamente dos agricultores familiares, é essencial que haja a difusão de técnicas para processamento e conservação de alimentos, além de boa gestão produtiva para reduzir o tempo entre a colheita e o consumo, consequentemente, evitando a perdas de alimentos.



Por isso, a emenda proposta de incentivo à produção com apoio técnico pode trazer benefícios significativos para os agricultores familiares, as comunidades rurais e a sociedade como um todo.

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Túlio Gadêlha
(REDE - PE)
Deputado Federal





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Acrescente-se inciso XI ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....
XI – fomentar o sistema agroecológico de produção de alimentos.
.....”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda inclui o fomento ao sistema agroecológico de produção de alimentos entre as finalidades do novo Programa de Aquisições de Alimentos. A providência tem por objetivo fazer com que a compra institucional de alimentos produzidos por agricultores familiares e doados a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional sirva de instrumento para o estímulo e a ampliação da produção e da demanda por alimentos agroecológicos.

Sala da comissão, 27 de março de 2023.

Deputado Túlio Gadêlha
(REDE - PE)
Deputado Federal



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso I, do Art. 1º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I - incentivar a agricultura familiar, com prioridade para os seus segmentos em situação de pobreza e pobreza extrema, e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda.

.....
”
.....

JUSTIFICATIVA

Os dados oficiais indicam que o PAA tem sido o programa para as áreas rurais com a execução em maior conformidade com os padrões de simetria entre as grandes regiões do país, ressalvada a pequena escala do mesmo.

De janeiro de 2020 a janeiro de 2023, o valor da entrega de produtos pelo Nordeste equivaleu a 42% do total, e o Norte a 20%. Porém, dado que mais de 64% dos estabelecimentos da agricultura familiar acham-se alijados do crédito, cumpre assegurar ao novo PAA a condição de instrumento efetivo, também, de equidade no acesso entre os agricultores familiares o que requer que o programa venha a atender com prioridade aqueles à margem dos mercados e das políticas públicas. Este é o propósito da Emenda.

Sala das Sessões, em de março de 2023.

Deputado **João Daniel** (PT-SE)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso II, do Art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II – formação de estoques públicos; ou

.....
””
.....

JUSTIFICATIVA

Não seria razoável a aquisição de alimentos pelo poder públicos para a formação de estoques privados. Esta Emenda pretende deixar claro o vínculo do PAA com a formação de estoques públicos.

Sala das Sessões, em de março de 2023.

Deputado **João Daniel** (PT-SE)



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O Art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 3º

I - os preços sejam compatíveis com os preços vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos conforme metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA, do observando-se o acréscimo de até vinte por cento nesses preços nas operações do programa com agricultores familiares em situação de pobreza ou pobreza extrema;

.....”
.....

.JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa dar concretude a um dos objetivos políticos do PAA como auxiliar na superação da pobreza nas áreas rurais. A garantia de preços com incremento de 20% será fundamental tanto para a criar as condições de viabilização produtiva desses segmentos como para o enfrentamento da pobreza e pobreza extrema entre os agricultores familiares.

Sala das Sessões, em de março de 2023.

Deputado **João Daniel** (PT-SE)





MPV 1166
00078

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* e ao § 1º do art. 4º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023:

“**Art. 4º** Poderão fornecer produtos ao PAA os agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrarem no disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, inclusive seus respectivos núcleos familiares, nos termos do regulamento do PAA.

§ 1º As aquisições dos produtos para o PAA poderão ser efetuadas diretamente dos beneficiários de que trata o *caput*, inclusive de seus respectivos núcleos familiares, ou indiretamente, por meio de suas cooperativas e demais organizações, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos a presente emenda à Medida Provisória (MPV) nº 1.166, de 2023, para garantir que os núcleos familiares específicos sejam contemplados entre os beneficiários produtores do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA). Tal medida é importante porque, dentro de uma mesma propriedade familiar, podem existir grupos de pessoas que, apesar de produzirem de forma autônoma e independente, sem relação direta ou mesmo indireta entre si, pertencem a um mesmo núcleo familiar.

A produção através do Núcleo Familiar sustenta mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares em território nacional, fazendo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

com que a Agricultura Familiar responda por, aproximadamente, 38% do PIB Agropecuário do Brasil, segundo a Embrapa.

Nesse contexto, ao prever, na forma do regulamento do PAA, a possibilidade de fornecer ao PAA *os agricultores familiares, demais beneficiários e seus respectivos núcleos familiares*, entendemos que será auferida mais efetividade à política de promoção da agricultura familiar em nosso território.

Diante da importância da medida que ora se apresenta, rogamos apoio dos nobres pares a esta emenda.

Sala da Comissão,

Senador **IZALCI LUCAS**
(PSDB/DF)



MPV 1166
00079

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS
EMENDA Nº - CMMPV
(à MPV nº 1.166, de 2023)

Insira-se o seguinte art. 16 à Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, renumerando-se os atuais artigos 16, 17 e 18:

“**Art. 16** Insira-se o seguinte inciso VII no § 2º do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

‘**Art. 3º**.....

.....

§ 2º

.....

VII – assentados da reforma agrária e seus respectivos núcleos familiares, nos termos do regulamento.

.....’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos a presente emenda à Medida Provisória (MPV) nº 1.166, de 2023, para garantir que assentados da reforma agrária e seus respectivos núcleos familiares sejam contemplados entre os beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*.

Considerando a definição de Agricultura Familiar, ou seja, a gestão da propriedade compartilhada pela família tendo a atividade agropecuária como a principal fonte geradora de renda, promovendo a função social da terra, neste sentido contemplamos também, como alvos da política pública, o núcleo familiar em sua integralidade.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Diante da importância da medida que ora se apresenta, rogamos apoio dos nobres pares a esta emenda.

Sala da Comissão,

Senador **IZALCI LUCAS**
(PSDB/DF)



EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023.

(Da Sra. Caroline De Toni)

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 1º. O inciso II do § 4º do art. 4º da Medida Provisória 1.166 de 2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º (...)

II os demais agricultores familiares que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Art. 2º. O art. 5º da Medida Provisória 1.166 de 2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O Programa de Aquisição de Alimentos poderá ser executado nas seguintes modalidades:

I - compra com doação simultânea: compra de alimentos diversos e doação simultânea às unidades receptoras nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do PAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

II - compra direta: compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, com o objetivo de sustentar preços.

III - incentivo à produção e ao consumo de leite: compra de leite que, após ser beneficiado, é doado às unidades receptoras e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do PAA, diretamente aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender a demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

IV - apoio à formação de estoques: apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público; e

V - compra institucional: compra da agricultura familiar, por meio de chamamento público, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo Grupo do PAA, para doação aos beneficiários consumidores.

Parágrafo único outros critérios poderão ser incluídos por meio de regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MP) nº 1.166 de 22 de Março de 2023, que revoga o Programa Alimenta Brasil e recria Programa de Aquisição de Alimentos – PAA tem como primeira finalidade, conforme consta em seu art. 1 inciso I:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

I - incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos, à industrialização e à geração de renda; **[grifo nosso]**

Por sua vez, a MP ao propor no artigo 4º § 4º inciso II, que terão prioridade no acesso ao programa:

- a) povos indígenas;
- b) comunidades quilombolas e tradicionais;
- c) assentados da reforma agrária;
- d) negros;
- e) mulheres; e
- f) juventude rural.

Destoa do que dispõe a Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A Lei nº 11.326/2006, em seu artigo 3º no § 2º dispõe que são beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

III - **extrativistas** que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - **pescadores** que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - **povos indígenas** que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º ; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

VI - **integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais** que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011) **[grifo nosso]**

A proposta de Medida Provisória considera os povos indígenas, comunidades quilombolas e povos tradicionais, o que inclui extrativistas e pescadores, mas exclui os aquicultores. Não obstante, a proposta cria novas categorias de beneficiários, sendo eles: assentados da reforma agrária, negros, mulheres e jovens agricultores, sem apresentar na exposição de motivos os argumentos para tal inclusão.

Por sua vez, e de modo indireto, os assentados da reforma agrária que se encontram situação de vulnerabilidade, já são indiretamente beneficiados pela Política Nacional da Agricultura Familiar. Eles são abarcados pelo disposto no artigo 3º da Lei nº 11.326/2006,.

Pelo exposto, e considerando a diversidade populacional existente no país, o impacto da inclusão de novas categorias de público prioritário pode não gerar o resultado que se pretende, além de prejudicar a heterogeneidade da concorrência pela oferta do serviço.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Ademais, o disposto no art. 4º § 4º inciso I da MP que possui a seguinte redação:

I - os agricultores familiares incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Já é critério suficiente para abarcar, enquanto público prioritário, os demais agricultores familiares em situação de vulnerabilidade, sejam mulheres, negros ou jovens.

Complementarmente, é prudente a manutenção da padronização da redação das legislações que versas sobre o público beneficiário da Política Nacional de Agricultura Familiar para evitar insegurança jurídica no escopo da política.

Versando acerca das modalidades de execução do PAA, de modo a trazer segurança e estabilidade ao programa, além de trazer transparência aos atos da administração pública, é de fundamental importância o estabelecimento das modalidades básicas que o programa será aplicado. O que não é fator impeditivo para que novas modalidades sejam incluídas.

Por fim, considera-se que a compra com doação, compra direta, e a compra institucional são elementos que devam estar estabelecidos no escopo do programa, visto o seu caráter público. Já a o incentivo a produção e consumo de leite é essencial na prevenção e combate a insegurança alimentar no país.

Sala das sessões, ____/____/____

Deputada Caroline de Toni
Partido Liberal/SC



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**EMENDA Nº
(Do Sr. Marcel Van Hattem - NOVO/RS)**

O § 1º do art. 4º da Medida Provisória nº 1166/2023 fica alterado com a seguinte redação:

“§ 1º As aquisições dos produtos para o PAA serão efetuadas diretamente dos beneficiários de que trata o caput, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.”
(NR)

Suprima-se o § 2º do art. 4º da Medida Provisória nº 1166/2023.

JUSTIFICAÇÃO

A verdade é que as cooperativas não precisam, formalmente, ser compostas apenas por agricultores familiares. Do quadro de cooperados ou de associados, podem participar grandes agricultores que não atendem aos requisitos da agricultura familiar. Além disso, pela regra vigente, a matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada pela cooperativa familiar não precisa necessariamente ter origem na produção da própria agricultura familiar.

Dessa forma, quando a Medida Provisória incentiva a compra indireta, via cooperativa ou outras organizações, está estimulando a aquisição de um alimento que pode não ter sido produzido pela agricultura familiar. Tal fato distorce os objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, tampouco incentiva genuinamente a agricultura familiar.

Ademais, em qualquer mercado, a introdução de um intermediário cria custos transacionais. Pior, a intermediação diminui o valor a ser pago ao agricultor. Ainda, implica fortalecer o atravessador, o que não é razoável, nem adequado. Decerto que o cooperativismo é importante, mas a ação governamental não pode empoderar a cooperativa em detrimento do elo mais fraco - o próprio agricultor familiar. A ênfase deve ser o fortalecer o agricultor. Não obstante, há na estrutura governamental federal meios que a compra seja



efetuada diretamente do agricultor, inclusive, por exemplo, mediante parcerias com as prefeituras.

A presente Emenda tem por objetivo evitar essa distorção, ao estabelecer que as aquisições dos produtos para o PAA serão efetuadas diretamente dos agricultores familiares. Com isso, mantemos o foco no agricultor. Solicito aos Nobres Parlamentares o apoio para a aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão, 28 de março de 2023.

Deputado Federal MARCEL VAN HATTEM

NOVO/RS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA Nº
(Do Sr. Marcel Van Hattem - NOVO/RS)

O art. 1º da Medida Provisória nº 1166/2023 fica alterado com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, **a partir de procedimento licitatório**;

.....

JUSTIFICAÇÃO

É importante que as compras governamentais de alimentos respeitem o procedimento licitatório, uma vez que tal processo visa assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público, visto que a lei estabelece critérios objetivos de seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público. Por essas razões proponho a presente Emenda e conto com o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, 29 de março de 2023.

Deputado Federal MARCEL VAN HATTEM
NOVO/RS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso II, do Art. 7º da Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II – formação de estoques públicos; ou

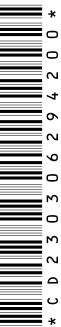
.....
”””
.....

JUSTIFICATIVA

Não seria razoável a aquisição de alimentos pelo poder públicos para a formação de estoques privados. Esta Emenda pretende deixar claro o vínculo do PAA com a formação de estoques públicos.

Sala das Sessões, em de março de 2023.

Deputado **João Daniel** (PT-SE)





CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1166/2023
(à MPV 1166/2023)

Dê-se ao inciso X do *caput* do art. 1º e ao inciso II do § 4º do art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

X – fomentar a produção familiar de todos que necessitem de apoio, devido à escassez de recursos.

.....”

“Art. 4º

.....

§ 4º

.....

II – os agricultores familiares que necessitem de apoio devido a escassez de recursos para a produção, especialmente os que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

a) (Suprimir)

b) (Suprimir)

c) (Suprimir)

d) (Suprimir)

e) (Suprimir)

f) (Suprimir)”

JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar que sofre de escassez de recursos e vulnerabilidade social deve ser protegida independentemente de raça, cor, credo,



etnia, origem ou quaisquer outras distinções que busquem dividir os seres humanos em 2 ou mais grupos.

A fome é igual a todos, assim como a pobreza e miséria. A tática do dividir para conquistar e uns contra outros não pode perdurar, todos que produzem em regime de agricultura familiar e necessitam de auxílio devem ser contemplados, até porque, caso alguém necessite mais será mais contemplado, essa é a ideia fundamental da proporcionalidade e razoabilidade.

Sala da comissão, 29 de março de 2023.

Deputado José Medeiros
(PL - MT)





EMENDA Nº CMMPV 1.166/2023
(à MPV 1.166/2023)

Acrescente-se o parágrafo único ao art. 5º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 5º

Parágrafo único. As modalidades que tratam neste artigo poderão ultrapassar os limites financeiros por unidade familiar, estabelecido em regulamento, até a cessação quadro emergencial ou de calamidade pública estadual ou municipal.”

JUSTIFICAÇÃO

O Estado, por meio de políticas públicas, como é o caso desta Medida Provisória, tem o dever de flexibilizar normas que, em situação de emergência ou de calamidade pública, possa facilitar as compras emergenciais, sem licitação e ultrapassar metas fiscais previstas para custear ações que possam minimizar os danos causados por casos fortuitos ou de força maior, como ocorre em diversos municípios do Brasil, como alagamentos de ruas, casas, entre tantos outros infortúnios que o povo brasileiro passa.

A par dessa situação, como meio de facilitar a liberação de recursos públicos e permitir que o limite financeiro por unidade familiar, previsto no PAA, possa ser ultrapassado no período do quadro de emergência ou de calamidade pública, é que entendemos como salutar a necessidade de incluir o parágrafo único no artigo 5º, para que o governo tenha a liberdade de aumentar o valor de compra com seus beneficiários fornecedores, como uma cautela de atender a demanda que venha ser necessária suprir.

A experiência nos foi dada, diante da pandemia da Covid-19, aponta que a urgência e a excepcionalidade geradas em circunstâncias de desastres que venham colocar o município em estado de emergência ou de calamidade pública, só demonstram que prevenir é melhor do que remediar, como forma de minimizar a dor e sofrimento daqueles que são vítimas de ações da natureza ou de negligência do homem.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Samuel Viana - PL/MG

Neste sentido é que contamos com o apoio dos nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala da comissão, 29 de março de 2023.

Deputado **Samuel Viana (PL - MG)**





EMENDA Nº CMMPV 1.166/2023
(à MPV 1.166/2023)

Acrescente-se § 1º-1 ao art. 3º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

§ 1º-1. Na hipótese de impossibilidade dos beneficiários e organizações fornecedoras em transportar os produtos, os órgãos públicos competentes pela execução do PAA, poderão utilizar-se do recurso do programa para custear o escoamento da produção da agricultura familiar.

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa do Poder Executivo em propor programas que venham contribuir com a melhoria daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, se encontra alinhada ao texto constitucional (art. 3º, III), que tem como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a erradicação da pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nesse sentido, diante da constatação Constitucional de que o Brasil é um país de pobres, devendo erradicar sua pobreza, a proposta do governo veio em “bom tom”, mas merecendo sua alteração como forma de permitir o governo subvencionar economicamente o escoamento da produção da agricultura familiar dos beneficiários fornecedores, que estejam produzindo seus alimentos em localidade distante, de difícil acesso de transporte público.

Com esta emenda, certamente traremos a esses agricultores a oportunidade de poder fornecer seus produtos, sem o risco de serem prejudicados por não terem condição de transportar seus produtos, em razão da sua localidade e do difícil





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Samuel Viana - PL/MG

acesso de transporte, ao passo de serem excluídos desse processo de desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar.

Neste sentido é que contamos com o apoio dos nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala da comissão, 29 de março de 2023.

Deputado **Samuel Viana (PL - MG)**





EMENDA Nº CMMPV 1.166/2023
(à MPV 1.166/2023)

Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Altere-se a redação dada ao Art. 3º.

Art.3º O Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal, bem como o SESC (Serviço Social do Comércio) por meio do programa Mesa Brasil, poderá adquirir diretamente os alimentos produzidos pelos beneficiários fornecedores de que trata o art. 4º, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I -
- II -
- III -
- IV -

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 1166/2023 institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que havia sido substituído pelo Programa Alimenta Brasil por meio da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

É notória a necessidade da existência de um programa federal que estimule a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, pois potencializa a produção de itens de consumo pelo País promovendo o acesso à alimentação em quantidade e qualidade, especialmente às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Samuel Viana - PL/MG

com regularidade, às famílias atendidas pela rede socioassistencial e por equipamentos públicos e sociais de alimentação.

Nesse sentido, o Mesa Brasil Sesc é uma grande referência mundial no combate à fome e ao desperdício de alimentos. O programa do Serviço Social do Comércio (Sesc) é a maior rede de banco de alimentos da América Latina e há 20 anos atende pessoas em situação de vulnerabilidade social e nutricional.

Ainda sobre o Mesa Brasil, o programa atende em média cerca de 2,4 milhões de pessoas por mês. O programa está presente em todos os estados do País e conta com doações de 2,8 mil empresas parceiras. Esses alimentos são direcionados às 6,8 mil entidades cadastradas. Apenas em Minas Gerais, em 2022, foram doados 9.203.629,459 Kg ao público assistido.

É importante ressaltar que o Sesc é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos. A gestão da administração nacional é realizada pelo Conselho Nacional do Sesc, formado por representantes dos Conselhos Regionais do Sesc, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de seis representantes dos trabalhadores, indicados pelas centrais sindicais. O presidente do Conselho Nacional, definido pela legislação da entidade, é também presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Embora o Sesc seja entidade de direito privado, **está sujeito à fiscalização pelo poder público por meio do Tribunal de Contas da União (TCU), com apoio da Controladoria Geral da União (CGU)**, pelo interesse das ações que desempenham. A legislação vigente determina não apenas que o Sesc seja submetido à fiscalização pelo TCU, mas que **suas propostas orçamentárias sejam anualmente subordinadas a avaliações ministeriais e seus orçamentos publicados no Diário Oficial da União (DOU)**. A probidade administrativa e a transparência do Sesc não se limitam às auditorias periódicas do TCU e da CGU. Elas são asseguradas de forma regimental a partir da atuação continuada de seus órgãos de gestão e por meio de seu Conselho Fiscal, órgão interno de fiscalização.

A Justiça e a Igualdade fazem com que aqueles menos favorecidos tenham políticas públicas específicas e maior atenção das políticas públicas para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Samuel Viana - PL/MG

conseguirem se desenvolver e saírem do status quo baixo em que se encontra, sendo a previsão constante nesta emenda uma oportunidade para tal equidade e auxílio aos mais necessitados.

Neste sentido é que contamos com o apoio dos nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala das comissões em 29 de março de 2023

Deputado **Samuel Viana (PL - MG)**





EMENDA Nº CMMPV 1.166/2023
(à MPV 1.166/2023)

Acrescente-se § 2º ao art. 4º da Medida Provisória, enumerando os demais, com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 2º Fica vedado o fornecimento de produtos ao PAA, por beneficiários de que trata o *caput*, que tenha participado de invasão fundiária de terreno, edifício alheio ou público, em inobservância às normas legais, ressalvados os casos de processo concluído de reforma agrária.....

I – Aplicada a vedação prescrita no § 2º, os órgãos responsáveis do Programa deverão, imediatamente, dar conhecimento ao Ministério Público para tomar as medidas cabíveis necessárias.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A referida Medida Provisória tem como finalidades principais **incentivar a agricultura familiar**, promovendo a inclusão econômica e social dos agricultores familiares mais pobres, e promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável. Trata-se, ao mesmo tempo, de programa de fomento, que garante a geração de renda e incentivo à produção de alimentos pelos agricultores famílias mais pobres, e de estratégia de combate à insegurança alimentar e nutricional, rural e urbana, com a oferta





de alimentos saudáveis, com regularidade, às famílias atendidas pela rede socioassistencial e por equipamentos públicos e sociais de alimentação.

Destaca-se, ainda, que a referida Medida Provisória também cria dispositivo para ampliar a participação dos Povos Indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como de assentados da reforma agrária.

Nesse sentido, com o **objetivo** de traçar maior segurança jurídica para a execução do Programa, bem como para a proteção da propriedade privada e de órgãos públicos, buscamos nesta proposta prevenir os atos de invasão de terra, em inobservância de normas legais, ao passo de dar utilidade e não simplesmente de castigar, dentro da proporcionalidade exigida entre a infração e sanção, uma vez que o cidadão não pode ser beneficiado em programas de governo estando esse a praticar ilícitos que se enquadram atos criminosos.

Ora, não pode o Governo incentivar, com o pagamento permanente aos beneficiários fornecedores, quando estes cometem crimes contra propriedade privada e/ou em atos de ocupação de órgãos públicos, estando o órgão competente ciente dessas ações, o que impõe, indubitavelmente, restrições com sanção, como forma de inibir esse tipo de conduta ilícita, para que Estado não seja convivente com tais manobras e tampouco prevarique sobre seu dever de conduta ética e moral, perante a sociedade.

Nesse diapasão, para que a propriedade privada tenha sua proteção garantida e respeitada, faz-se necessário que a “luta pela terra” se dê por meios legais, para que não coloque em risco a função social da propriedade, bem como garantir-lhe a regular atividade de sua exploração econômica, como forma de *prevenir* a invasão fundiária por aqueles que estão cadastrados no Programa de Aquisição Alimentar – como beneficiários fornecedores e, por fim, de conferir real expressão à garantia constitucional do direito de propriedade.

Entendemos que esse dispositivo, além de reafirmar a “consciência social da norma”, demonstrando que a prática de invasão de terra sem observância das regras do nosso ordenamento jurídico é tipificada como **crime (CP, art. 161, § 1º, II)**, o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Samuel Viana - PL/MG

que também trabalhará como **forma educativa** e não de intimidação, para que a paz social no campo seja perseguida por todos. Ao passo de não ser produtor e moral permitir que beneficiários fornecedores sejam beneficiados na venda de produtos alimentícios ao PAA, estando esses na prática delituosa do crime de esbulho possessório.

Neste sentido é que contamos com o apoio dos nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala da comissão, 29 de março de 2023.

Deputado **Samuel Viana (PL - MG)**





EMENDA Nº CMMPV 1.166/2023
(à MPV 1.166/2023)

Dê-se nova redação ao inciso X do *caput* do art. 1º; e acrescente-se alínea “g”, “h” e “i” ao inciso II do § 4º do art. 4º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º.....

X – fomentar a produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres, idosos, agricultores com deficiência ou que tenham pessoa com deficiência como dependente, e juventude rural.

.....”

“Art. 4º

§ 4º

II –

g) idosos;

h) agricultores com deficiência; e

i) agricultores que tenham pessoa com deficiência como dependente.”

JUSTIFICAÇÃO

A referida Medida Provisória tem como finalidades principais **incentivar a agricultura familiar**, promovendo a inclusão econômica e social dos agricultores familiares mais pobres, e promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável. Trata-se, ao mesmo tempo, de programa de fomento, que **garante a geração de renda e incentivo à produção de alimentos pelos agricultores famílias mais pobres**, e de estratégia de combate à insegurança alimentar e nutricional, rural e urbana,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Samuel Viana - PL/MG

com a oferta de alimentos saudáveis, com regularidade, às famílias atendidas pela rede socioassistencial e por equipamentos públicos e sociais de alimentação.

Destaca-se, ainda, que a referida Medida Provisória também cria dispositivo para ampliar a participação dos Povos Indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como de assentados da reforma agrária.

Nesse sentido, com o **objetivo** de ampliar o número de pessoas ao acesso ao PAA, sugerimos a inclusão de idosos, agricultores com deficiência e agricultores com pessoa com deficiência morando em sua residência e/ou domicílio, como forma de atender, respectivamente, à Lei nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, artigo 3º, § 1º, II; e Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, art. 2º, caput.

Assim, para assegurar à pessoa idosa a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas, é que sugerimos a sua inclusão, bem como da pessoa com deficiência e que tenham pessoas com deficiência no seio familiar, como forma de ampliar e garantir a participação destes, como prioridade, no referido Programa, para que sejam cumpridas as exigências preferenciais impostas pelas normas retromencionadas.

Neste sentido é que contamos com o apoio dos nobres Pares à aprovação desta proposição.

Sala da comissão, 29 de março de 2023.

Deputado **Samuel Viana (PL - MG)**

